

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Degravação

253ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA - CNP

Brasília, 27 de setembro de 2018

2 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Bom dia a todos! Vamos iniciar, aqui,
3 a reunião número 253 do CNP, bem, só iniciando, o Otoni está substituindo o Sérgio
4 Aureliano, como novo conselheiro representante da Confederação Nacional dos
5 Municípios - CNM. Na verdade, foi na reunião passada que você tomou posse, mas
6 não pôde vir. Otoni, se você quiser falar qualquer coisa rapidamente fica à vontade.

7 **Sr. Otoni Gonçalves Guimarães (CNM):** — Bom dia a todos! Então, como o
8 Marcelo falou meu nome é Otoni. A gente, para quem não sabe, a gente teve uma
9 passagem aqui pelo Ministério desde 2003, fiquei aqui até 2016 quando me
10 aposentei como auditor da Receita Federal, atuando nesse período lá no
11 Departamento, na época era o Departamento dos Regimes Próprios de Previdência
12 Social, hoje Subsecretaria, dentro dessa nova estrutura. Ao longo desse período,
13 tivemos oportunidade de trabalhar em diversas frentes das questões previdenciárias,
14 especialmente, como eu já falei, da Previdência do Servidor Público. Antes disso, eu
15 tinha atuado desde 1995 no Regime Geral como auditor, na época tinha uma outra
16 configuração a estrutura de carreira, cheguei a ser Gerente-Executivo aqui em
17 Brasília, na realidade Diretor de Arrecadação aqui em Brasília, não Diretor, na época
18 era Chefe de Divisão de Arrecadação de RH na Gerência. Tivemos atuações em
19 diversos projetos de âmbito nacional, enfim. Então, fomos adquirindo essa
20 experiência na área de Previdência e conhecimento, e algumas, envolvendo sempre
21 em vários projetos, a questão das reformas, sempre estivemos presentes nas
22 discussões, até pelas áreas que a gente trabalhava. E isso, então, fez com que,
23 assim que eu me aposentei, a Confederação Nacional dos Municípios que,
24 certamente a gente tinha muito contato em termos das atividades envolvidas, me
25 convidaram e me solicitaram até um apoio para que a representasse aqui no
26 Conselho. Então, a partir de hoje, então, estamos integrando a dinâmica das
27 reuniões e, enfim, dos trabalhos. Marcelo, obrigado pela oportunidade, o que
28 precisar estamos juntos.

29 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Ok! Obrigado, Otoni, então o novo
30 representante aqui no Conselho. Seguindo o expediente agora, a ata da reunião
31 passada número 252, podemos dar como aprovada? Sim! Então, aprovada a ata da
32 reunião passada. Vamos seguir a ordem do dia, a primeira apresentação estamos

33 com bastante apresentações, a primeira apresentação se refere ao Lançamento
34 Anuário Estatístico de Acidente de Trabalho. A apresentação vai ser feita pelo
35 Alexandre Zioli, aqui ao lado do Brunca, também o Orion, sentado um pouco mais
36 afastado, e aí, ao final, se o Paulo César e o Evandro quiserem fazer algum
37 comentário, não sei se eles vão fazer alguma apresentação ou se algum comentário,
38 acho que são mais comentários, vocês fiquem à vontade aí. Está bom, então
39 começa com o Alexandre Zioli? Ok, Alexandre, por favor.

40 **Sr. Alexandre Zioli Fernandes (CGEDA/SRGPS):** — Ok! Bom dia a todos! Hoje
41 vamos fazer o Lançamento do Anuário Estatístico de Acidente do Trabalho, com
42 dados de 2017. Aqui cabe, então, o registro inicial que, tradicionalmente, nós
43 lançamos primeiro o Anuário Estatístico da Previdência Social e, em seguida,
44 lançamos esse específico de Acidentes do Trabalho. A ordem foi invertida em razão
45 de que o Anuário Estatístico da Previdência Social ainda vai demandar pelo menos
46 um mês mais para ficar pronto, e temos recebido muitas demandas por informações
47 relativas a Acidentes do Trabalho. Então, para poder atender todas essas demanda
48 que têm surgido de várias frentes de trabalho e eles poderem desenvolver essas
49 ações decidiu, então, não mais ficar aguardando o Anuário da Previdência e
50 resolvemos lançar primeiro, esse ano, o de Acidentes de Trabalho. Vamos tentar,
51 ano que vem, conseguir normalizar, voltar a lançar o Anuário da Previdência mais
52 cedo e, logo em seguida, o de Acidente do Trabalho. Muito bem, a apresentação
53 aqui eu, inicialmente, sempre gosto de colocar a parte conceitual, até para alinhar o
54 entendimento a respeito. Conceito é uma coisa complicada, às vezes uma pessoa
55 tem uma ideia de um conceito, outra pessoa tem outra ideia, não necessariamente
56 as duas estão erradas, elas podem estar certas, mas, para o que a gente está
57 trabalhando aqui a gente vai usar esses conceitos, que é o que basicamente está na
58 legislação. Acidente do Trabalho está definido no artigo 19 da Lei nº 8.213 que diz
59 que o Acidente do Trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de
60 empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados
61 referidos no Inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou
62 perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou
63 temporária, da capacidade para o trabalho. Então está definida a forma como

64 tratamos Acidentes do Trabalho. Esses Acidentes de Trabalho podem gerar danos
65 ao trabalhador, desde os mais leves aos mais graves. As consequências do
66 Acidente do Trabalho são: eu esqueci de colocar a primeira que seria, basicamente,
67 um simples atendimento médico; mas, além dessa, temos também um afastamento
68 temporário, esse afastamento temporário da atividade pode ser de poucos dias, o
69 que não geraria nenhum benefício ou superior a 15 dias, aí sim vai gerar direito a um
70 benefício previdenciário; temos uma redução da capacidade para o trabalho, como
71 consequência; uma invalidez permanente ou, no caso extremo, morte do
72 trabalhador. Os Acidentes do Trabalho, conforme definidos pela CAT, eles podem
73 ser de três origens: o trajeto, o típico ou doença do trabalho. O trajeto são aqueles
74 acidentes que vão ocorrer enquanto o trabalhador está indo ou voltando para o seu
75 local de trabalho, da sua residência para o local de trabalho, então se ocorreu um
76 acidente nesse percurso é considerado acidente do trabalho porque ele estava em
77 trajeto. O típico, que é o mais comum de todos, é aquele que ocorre com o segurado
78 a serviço do empregador. E, por fim, a doença do trabalho. A doença do trabalho é
79 uma doença ocupacional que vai se desenvolver pela atividade que essa pessoa
80 exerce, incluindo nesse conceito a doença profissional e a doença do trabalho. Bom,
81 feito isso vamos apresentar, também a questão da CAT. Outra forma de classificar
82 os Acidentes do Trabalho é se houve ou não uma CAT registrada, uma vez que
83 ocorre Acidente do Trabalho deve-se fazer uma CAT, uma Comunicação de
84 Acidente do Trabalho e os Acidentes do Trabalho com CAT registrados são aqueles
85 que houve registro no INSS dessa Comunicação, mas também existem acidentes do
86 trabalho que não tem CAT registrado. Nesse caso, os Acidentes do Trabalho são
87 identificados por meio da perícia feita pelo INSS por um dos possíveis nexos, que
88 pode ser o nexo técnico profissional, o nexo técnico epidemiológico previdenciário
89 ou o nexo técnico por doença equiparada a Acidente do Trabalho. Então, o fato de
90 não ter feito uma CAT, ter uma CAT registrada, pode-se ainda identificar um
91 Acidente do Trabalho por meio do nexo técnico. Em relação, agora sim, aos
92 números que levantamos, nos dados que a gente apurou, que foram apurados para
93 2017, observamos que os Acidentes do Trabalho apresentaram queda em todos os
94 conceitos. Sendo, no total, com CAT ou sem CAT, e dentro de CAT seja típico,
95 trajeto ou doença do trabalho, todos esses valores apresentaram queda em relação

96 a 2016. E o que é mais importante a gente colocar aqui é o seguinte: os dados de
97 2016 que estamos apresentando aqui, eles não estão iguais ao que apresentamos
98 no AAT de 2016. Como a gente tem operação, os dados do ano são sempre
99 preliminares, uma vez que a gente roda o Anuário de 2016 esses dados são revistos
100 em 2017, assim como esses dados de 2017 serão revistos quando lançarmos o AAT
101 de 2018. Então, os dados que a gente está apresentando aqui de 2017 são
102 preliminares, mas eles estão apresentando uma queda relativamente grande em
103 relação a 2016 que já foram atualizados. Assim, entre os benefícios com CAT
104 registradas nós tivemos uma queda em 5,7%, sem CAT registrada 8,2%, que dá no
105 total uma queda de 6,2%. Se a gente for observar, dentre os que têm CAT
106 registrada, seja típico, trajeto ou doença do trabalho, a gente observa que na doença
107 do trabalho a gente teve a maior queda de todos, a queda chegou a 30%. Eu não
108 vou me estender muito nessas informações porque eu sei que o Orion vai tratar elas
109 com detalhes, então eu vou deixar para ele explicar de uma forma mais detalhada a
110 natureza desses dados. Em relação à composição dos Acidentes do Trabalho com
111 CAT registrada de acordo com o seu motivo, a gente observa que a distribuição ela
112 é bem estável. A gente teve agora, em 2017, os acidentes típicos representaram
113 75% do total, ou seja, 3/4 dos Acidentes do Trabalho reportados por meio da CAT
114 são típicos. Entre trajeto e doenças do trabalho a gente tem o restante dos 25%, e o
115 que é interessante, assim, o motivo trajeto era um motivo que vinha crescendo ao
116 longo do tempo e, agora, nesse ano de 2017, ele apresentou uma queda. Pode ser
117 que quando a gente reveja o dado 2017 ele suba um pouco mais e volte a uma
118 tendência de crescimento, mas, assim, a gente não dá para afirmar, mas em
119 princípio pelos valores que observei aqui, acho pouco provável, acho que a gente vai
120 ter realmente uma queda no trajeto mesmo depois que atualizarmos os dados, o que
121 é uma coisa positiva. Como eu tinha colocado antes, esse gráfico só demonstra,
122 reforça essa tendência de queda nos Acidentes do Trabalho, seja com CAT
123 registrada ou sem CAT registrada. Os dados estavam relativamente estáveis até
124 2013/2014, desde então a gente, com CAT registrada, a partir de 2014 eles têm
125 apresentado uma tendência de queda que se mantém, os sem CAT registrada não,
126 já apresentam uma tendência de queda desde, basicamente, o início da série, e
127 essa tendência tem se mantido até então. A participação dos Acidentes do Trabalho

128 sem CAT sobre o total, esse também tem caído, o que pode sugerir que a
129 Comunicação tem sido uma maior efetividade já que, proporcionalmente, os
130 Acidentes do Trabalho sem CAT estão diminuindo, mas, desde 2015, eles já
131 começam a apresentar uma certa estabilidade em torno de 18%, um pouco menos
132 de 1/5 dos benefícios. Vamos ver se, nos próximos anos, se essa tendência se
133 mantém, se estabiliza em torno dessa marca. Em relação, agora, à quantidade de
134 trabalho de Acidente do Trabalho com CAT registrada, o total aí o gráfico demonstra
135 de forma mais clara essa queda, a gente estava numa tendência crescente até
136 2014, desde então temos uma queda bem acentuada. Tivemos, em 2015, aquela
137 greve dos médicos peritos e das agências que de certa forma afetou, imaginávamos
138 que ia ter impacto em 2016, mas ao contrário, continuou em queda, em 2017
139 também permanece em queda, e a queda me parece acentuada suficiente para que
140 esse dado não se reverta, essa queda não se reverta depois que os dados de 2017
141 sejam revistos, porque a queda realmente é bem expressiva. E aqui o que eu estava
142 falando de Acidente do Trabalho por trajeto, esse motivo trajeto ele era crescente,
143 ele veio crescente ao longo do tempo até 2014, aí teve uma queda pela primeira vez
144 em 2015, voltou a subir em 2016, imaginava-se que poderia retomar o crescimento,
145 mas não, em 2017 ele volta a cair. Vamos aguardar a atualização de 2017 para
146 confirmar a queda, mas pela magnitude acredito que ela vá se manter. Outro dado
147 que é sempre importante é relacionarmos a quantidade de Acidentes do Trabalho
148 com as atividades econômicas. Tivemos, então, uma pequena alteração em nossa
149 tabela, eu sempre coloco as seis primeiras atividades, porque elas, em conjunto,
150 representam aproximadamente 1/4 dos Acidentes do Trabalho ocorridos, dessa vez
151 o percentual caiu um pouco, foi para 23,2%, mas ainda assim próximo dos 25%, e
152 nas três primeiras posições estão iguais a 2016, ou seja, atividades de atendimento
153 hospitalar é, sem dúvida, a que tem a maior quantidade, tanto que você vê um total
154 de 53.500 em relação aos 549.000 acidentes é quase 10% do total, vendo as
155 atividades de atendimento hospitalar. O comércio varejista de mercadorias e
156 administração pública em geral, ocupa a segunda e terceira posição, repetindo as
157 posições que ocupavam em 2016. O que tivemos de alteração aqui? Essa atividade
158 de transporte rodoviário de cargas, que antes estava em quinto ultrapassou os
159 Correios, Correios passou para quinto e ela foi para o quarto. E a atividade de

160 construção de edifícios que estava na sexta posição saiu da lista, em seu lugar
161 entrou o abate de suínos, aves e pequenos animais. Então, essas são, pelos dados
162 apurados, as seis primeiras atividades em termos de quantidades de Acidentes do
163 Trabalho, talvez mude, pouco provável, mas como falei os dados ainda estão
164 preliminares, vamos aguardar. Outra coisa importante é que desses dados
165 quantitativos a gente consegue tirar indicadores, desculpa estou antecipando, antes
166 disso tem a questão do Acidente do Trabalho liquidado, quando já se passou todo o
167 processo. O Acidente do Trabalho liquidado são aqueles cujos processos foram
168 administrativamente encerrados pelo INSS e vão ser classificados: simples
169 assistência médica, incapacidade com afastamento inferior a 15 dias; uma
170 incapacidade com afastamento superior a 15 dias; a incapacidade permanente; e o
171 óbito. Essas duas últimas são as mais extremas, incapacidade permanente quando
172 a pessoa, então, não tem mais condições de retornar ao trabalho e o óbito é o caso
173 extremo do falecimento. Bom, graficamente como é que se distribui isso? A gente
174 percebe que 75% dos Acidentes do Trabalho, um pouco menos, 72,5%, perdão, dos
175 Acidentes do Trabalho eles têm uma causa mais leve, ou é simples assistência
176 médica que é 17,7%, ou um afastamento inferior a 15 dias que daria 54,7% um
177 pouco mais da metade. Os afastamentos com mais de 15 dias, mas que não são
178 permanentes, esses, sim, representam 25% ou 1/4, e os mais extremos, que dá
179 2,6%, aí sim a incapacidade permanente 2,2% do total, e óbito 0,4%. Essa
180 distribuição, então, dos Acidentes do Trabalho liquidados de acordo com a sua
181 consequência. Comparando esses dados com os de 2016 a gente percebe que,
182 entre aqueles acidentes de causa mais leve que só tem uma necessidade de
183 assistência médica ou afastamento de 15 dias, esses dois aumentaram em relação
184 ao anterior. A quantidade de assistência médica passou de 96.000 para 101.000, e
185 afastamentos com menos de 15 dias passou de 305.000 para 313.000. Mas, nos
186 casos que são mais graves, mais de 15 dias de afastamento e incapacidade
187 permanente e óbito, nesses três casos a gente teve queda de mais 15 dias caiu de
188 184.000 para 142.000, incapacidade permanente 14.900 para 12.600 e o óbito caiu
189 de 2.200 para 2.000 casos registrados. Então, nesses três a gente teve uma
190 melhora na situação que são os mais graves, o que é algo positivo. Aí sim, agora os
191 indicadores do trabalho, então com base nesses dados quantitativos pode-se

192 calcular alguns indicadores que nos permite monitorar melhor os Acidentes do
193 Trabalho de acordo com as suas características. Esses indicadores, a gente tem
194 quatro principais grupos, que é a taxa de incidência; a taxa de mortalidade; a taxa de
195 letalidade; e a taxa de acidentalidade proporcional à faixa etária de 16 a 34 anos.
196 Bom, as taxas de incidência, essas podem ser desmembradas de acordo com o tipo
197 do acidente: acidentes do trabalho, acidentes típicos ou incapacidades temporárias.
198 Observando, então, primeiro esses indicadores de incidência, seja os incidentes
199 total, ou seja, qualquer um desses desmembramentos feitos, seja por doenças
200 ocupacionais, acidentes típicos ou incapacidade temporária, em todos os casos os
201 indicadores melhoraram, não só melhoraram em relação ao anterior, melhoraram em
202 relação à série inteira. Nós estamos com os menores valores desde 2013 que a
203 gente está fazendo esse acompanhamento para todos esses indicadores. Todos
204 eles melhoraram, e me parece que a tendência de todos eles é de que continuem
205 caindo. E os indicadores que são mais graves que são as taxas de mortalidade e
206 letalidade e também a taxa de acidentalidade dentro daquela faixa etária, os três
207 também continuaram caindo. A taxa de letalidade que ainda tinha uma tendência de
208 alta já interrompeu essa alta, voltou e está mantendo em queda; as outras demais
209 também mantém queda constante desde 2013, atingindo os menores valores. Isso
210 aqui, então, foi um resumo, tem muito mais informação que a gente pode tirar do
211 Anuário Estatístico de Acidente do Trabalho, depende apenas de a gente analisar as
212 tabelas, estudar e tentar utilizar dentro do trabalho que desejamos realizar. Aqui
213 estão os meus contatos, se alguém quiser alguma informação adicional a respeito
214 do Anuário, agradeço atenção de todos, e passo agora a palavra para o Orion poder
215 fazer também a sua apresentação. Ele vai tentar detalhar um pouco mais esses
216 dados. Obrigado!

217 **Sr. Orion Oliveira (SRGPS/SPREV):** — Bem, bom dia conselheiros e conselheiras!
218 É um prazer estar aqui novamente com vocês para tratar um pouquinho desses
219 dados do Anuário Estatístico. A gente teve aqui em abril falando dos dados de 2016
220 e agora temos a oportunidade de apresentar os dados de Acidente do Trabalho
221 relativos ao ano de 2017. O meu intuito é fazer uma primeira leitura desses dados
222 que o Zioli apresentou, que ele mostrou para vocês. Ele trouxe diversos aspectos

223 conceituais, algumas questões sobre esses Acidentes do Trabalho, sobre esses
224 números em Acidente do Trabalho, e o meu intuito é fazer uma primeira
225 apresentação, uma primeira análise desses dados para a gente pensar o que a
226 gente tem que desenvolver ao longo do ano sobre estudos e aprofundar em alguns
227 temas sobre os Acidentes do Trabalho relativos ao ano de 2017. Bem, temos
228 primeiro que esclarecer que quando a gente fala de Acidente do Trabalho na
229 Previdência Social a gente não está falando dos Acidentes do Trabalho de todos os
230 trabalhadores do País. Eu fiz essa ressalva quando apresentei o Anuário Estatístico
231 2016 e o intuito é esclarecer isso novamente para que a gente tenha em mente que
232 Acidente do Trabalho é um conceito que se aplica ao segurado empregado, ao
233 segurado empregado doméstico, ao trabalhador avulso e ao segurado especial.
234 Então, quando falamos de Acidente do Trabalho a gente não está falando desse
235 conceito, esse conceito não existe na Previdência para o contribuinte individual e
236 para o segurado facultativo. Então, só essas quatro categorias vão estar abarcadas,
237 por isso, às vezes, quando a gente vê os números que a saúde publica sobre
238 acidente, que eles reconhecem como Acidente do Trabalho, os números podem ser
239 divergentes, porque lá eles tratam até mesmo do mercado informal, dados que a
240 gente não produz na Previdência Social. E por que existe esse conceito de Acidente
241 do Trabalho na Previdência? Porque são aqueles trabalhadores que vão estar
242 protegidos pelo seguro contra Acidentes do Trabalho, ou seja, que terão um
243 benefício específico com uma marca que ele decorre de um Acidente do Trabalho.
244 Então, esses dados referem-se a essas quatro categorias de segurados. Lembrando
245 que a grande maioria dos acidentes ocorre com os segurados empregados, é o
246 maior número de contribuintes da Previdência, e também com eles a gente vai ter o
247 maior número de registros de Acidentes do Trabalho. E só relembando os números
248 que o Zioli trouxe para a gente, aqui nós temos os últimos cinco anos dos dados de
249 Acidente do Trabalho no País, a gente teve uma correção em um dado de 2016 em
250 relação à publicação do Anuário Estatístico de 2016, sempre é feita essa correção, a
251 Coordenação-Geral de Estatísticas sempre corrige os dados do ano anterior com
252 aqueles números que não constavam na extração do ano anterior, então a gente
253 sempre tem um aumento, um volume pouquinho maior de informação nesse Anuário
254 de 2017 relativo ao ano anterior, 2016. E, em 2017, a gente teve um número

absoluto de Acidentes do Trabalho, 549.405 Acidentes do Trabalho. Uma queda de 6,19% em relação ao ano anterior, em relação ao ano de 2016. Mas, número absoluto não ajuda muito a gente a entender o cenário dos Acidentes do Trabalho no País, a gente precisa pensar no contexto do mercado de trabalho no País também. E aqui eu trago, então, algumas informações importantes, eu trouxe a avaliação do número de contribuintes da Previdência, a gente teve uma redução aí de 2,33% no número de contribuintes da Previdência, e quando a gente, em relação a 2016, 2017 em relação a 2016, e tivemos uma redução de 2,66% em 2017, quando comparado com 2016, no número de contribuintes empregados. Eu trago sempre essa diferenciação dos empregados, porque, como eu disse, a grande maioria, a maioria esmagadora dos Acidentes do Trabalho, estão concentradas nessa categoria que é a maioria do número de contribuintes da Previdência Social. Então, aqui a gente já começa a ver que a gente tem que pensar em relativizar aquele número absoluto de Acidente do Trabalho, por essa redução que a gente está tendo também no mercado de trabalho, isso gera um impacto também na redução dos Acidentes do Trabalho. Só que ainda não é a melhor forma de comparar, a gente traz um dado no Anuário que pode ajudar a gente a entender a série histórica, como vem se comportando os Acidentes do Trabalho no País, se eles vêm aumentando ou reduzindo. E a melhor taxa que o Anuário traz para a gente que facilita a compreensão, facilita o entendimento desse comportamento é a chamada Taxa de Incidência de Acidentes do Trabalho. Trouxemos aqui uma série histórica de dez anos da taxa de incidência, desde 2008 até 2017, e aí a gente vê que, em média, os Acidentes do Trabalho eles caem na casa de 5% ao ano, mesmo a gente tendo e aqui já é relativizado o número de acidentes pelo número de contribuintes, número médio de vínculos. Com essa relativização a gente vê que a queda real dos Acidentes do Trabalho no País, desde 2009 em relação a 2008, está na casa de 5%, varia um ano um pouquinho mais, um ano pouquinho menos, mas na casa dos 5%. Em 2015 a gente tem uma redução acentuada nessa taxa de incidência, e aqui, como o Zioli já bem explicitou na apresentação dele, isso é fruto da greve que a gente teve no INSS, seja dos servidores administrativos, seja dos peritos médicos do INSS, então gerou um impacto na estatística desse número. Só que quando a gente olha 2016 e 2017, a gente vê que a queda no número de

287 Acidentes do Trabalho foi menor do que nos anos anteriores, justamente isso
288 parece, uma suposição que a gente faz, é que provavelmente isso é uma correção
289 dos dados de 2015, então aquelas perícias que deixaram de serem cadastradas em
290 2015, as Comunicações de Acidente do Trabalho, foram sendo corrigidas e nos
291 anos subsequentes a gente acabou tendo uma queda menor no número de Acidente
292 do Trabalho, na taxa de incidência de Acidentes do Trabalho. Então, a gente
293 começa a fazer algumas análises preliminares sobre esses dados: primeira análise é
294 que o número absoluto de Acidentes do Trabalho continua em queda, como já vem
295 em queda há alguns anos, e esse dado ele apresenta, a gente consegue identificar
296 bem a queda quando a gente faz a relativização dele, principalmente pelo número
297 de segurados empregados. Observamos, também, e aqui eu fiz questão de frisar
298 isso, que houve uma atualização dos dados de 2016 e essa atualização deixou
299 evidente para gente que em 2016 tivemos sim a correção dos dados de 2015 de
300 alguma forma, pareceu bem provável que a correção dos dados 2015 tenha vindo no
301 ano de 2016 com uma queda muito menor na Taxa de Incidência de Acidente do
302 Trabalho do que nos anos anteriores. Em 2016 eu trouxe alguns alertas que a gente
303 havia ficado preocupado em relação à redução do número de Acidentes do
304 Trabalho, a redução das CATs de doença do trabalho, e agora a gente vai ver que
305 isso tudo sofreu uma correção e parece que foi normalizado com os dados agora de
306 2017. Então, continuando, como eu disse, analisando essas correções que foram
307 trazidas e analisando o Anuário de 2017, parece que os dados de 2016 estão mais
308 perto de uma tendência normal do que vinha acontecendo na redução de Acidente
309 do Trabalho no País. Estratifiquei, também, os Acidentes do Trabalho aqui, por
310 típico, trajeto, doenças e sem CAT, como o Zioli fez, peguei uma série de cinco anos
311 para a gente acompanhar, também, como variou o acidente típico, o acidente de
312 trajeto, a doença e os acidentes reconhecidos sem CAT, ou seja, aqueles
313 reconhecidos pelos nexos ou por meio de uma perícia médica do INSS, por qualquer
314 dos nexos existentes. O acidente típico teve uma redução de 4,31% em relação a
315 2016, lembrando a gente teve uma redução de 2,66% no número de segurados
316 empregados. O de o trajeto chamou atenção, o Zioli já chamou atenção de vocês
317 também, pela primeira vez na série histórica, tirando o ano de 2015 que a gente já
318 explicou que a greve gerou uma distorção nos dados, mas a gente teve uma

319 redução acentuada do número de acidentes de trajeto, a tendência dos acidentes de
320 trajeto era de um crescimento relativo, agora a gente teve uma redução de 7,25% no
321 número de acidentes de trajeto. Nas CATs de doença que foram registradas, a gente
322 teve uma redução em 2017, quando a gente relaciona com 2016, de 30,35% nas
323 Comunicações de Acidente do Trabalho por doença, ou seja, quando a empresa faz
324 o nexo entre o trabalho e a doença e emite a Comunicação de Acidente do Trabalho.
325 E nos acidentes sem CAT, como eu disse, aqueles reconhecidos através da perícia
326 médica por alguns dos nexos, onde não houve a emissão da CAT, houve uma
327 queda de 8,18% em relação a 2016. Aí a gente começa a pensar e refletir sobre
328 esses dados e trazer mais algumas análises preliminares. Quando a gente publicou
329 o Anuário Estatístico de 2016, a gente tinha visto uma queda no número de CAT, de
330 doença de 18,74%. Com a correção feita pelo Anuário Estatístico de 2017, essa
331 queda passou a ser de 9,48%. Isso nos faz imaginar algumas possibilidades de por
332 que houve essa correção tão acentuada de quase 50%, reduziu em quase 50% de
333 redução que a gente tinha tido. Então, a gente começa a pensar que há, sim, uma
334 dificuldade em identificar o nexo entre a doença e o trabalho, a gente tem uma
335 dificuldade de fazer essa identificação do nexo entre a doença e o trabalho. E outra
336 possibilidade que a gente vem observando é que a CAT, pode ser que a CAT só
337 seja emitida nos casos de doença do trabalho, quando essa doença é identificada
338 pelo Instituto Nacional do Seguro Social em perícia médica. Então, feita a
339 identificação, a empresa emite a correspondente Comunicação de Acidente do
340 Trabalho. São dois fatores que podem ter levado essa correção acentuada dos
341 dados de 2016, e aí a gente vê que em 2017 a gente continua tendo uma redução
342 acentuada das CATs de doença do trabalho. A gente espera que, como em 2016,
343 essa redução aí tenha uma correção importante no ano de 2018, quando for
344 publicado o Anuário de 2018, mas a gente só vai conseguir ter certeza desse
345 comportamento quando for publicado o Anuário de 2018, para que a gente entenda
346 melhor como tem se comportado a emissão de CAT de doença pelas empresas.
347 Como eu disse, os acidentes de trajeto eles também sofreram uma correção, se a
348 gente observa quando a gente tinha publicado o Anuário de 2016, a redução do
349 acidente de trajeto tinha sido de 9,10% em relação a 2015, com a correção trazida
350 pelo Anuário de 2017 essa queda passou a ser de 6,14%, o que deixa o número

351 mais próximo na redução que tivemos de contribuintes empregados, ou seja, deixa o
352 número mais coerente com aquilo que a gente vinha observando, e em 2017, para a
353 gente, foi uma surpresa a redução de 7,25% nos registros de CAT de acidente de
354 trajeto. Algumas reflexões que a gente vai ter para esse ano para que a gente possa
355 começar a pensar em fazer estudos. Primeira reflexão: é que os acidentes de trajeto
356 tiveram uma queda, a gente precisa entender melhor os números de acidentes no
357 País, acidente de trânsito, nem todo acidente de trânsito é um acidente de trajeto,
358 mas todo acidente de trajeto vai estar no percurso entre casa e trabalho, então,
359 muitas vezes está relacionado sim ao trânsito e a gente precisa entender melhor
360 esse comportamento que aconteceu em 2017, avaliar o conjunto dos acidentes de
361 trânsito no País para entender porque esse comportamento ocorreu. Observamos,
362 também, que estabilização dos dados ela realmente reflete de forma mais fidedigna
363 a realidade no segundo ano, quando a gente publica o Anuário do ano subsequente.
364 Então, os dados de 2016 refletiram melhor a realidade agora no ano de 2017
365 quando a gente fez essa correção, isso mostra a importância da correção feita pela
366 Coordenação-Geral de Estatística que permite um reflexo melhor, um entendimento
367 melhor do que está ocorrendo, e permite uma análise mais precisa dos dados,
368 principalmente quando a gente fala de CATs de doença que sofre uma correção
369 acentuada no segundo ano após a publicação do Anuário. E, por fim, a gente
370 observa que há uma redução menor nas taxas de Incidência de Acidente do
371 Trabalho nos anos de 2016 e 2017, o que, aparentemente, nos faz crer que é uma
372 correção dos dados de 2015 que foram prejudicados por conta da greve da perícia
373 médica. Então, o resumo de tudo isso é que parece que a gente está tendo um
374 comportamento normal dos Acidentes do Trabalho no País, embora quando a gente
375 ver a divulgação da informação, muitas vezes o número absoluto assusta, a gente
376 tem esse comportamento dessa redução que a gente vem acompanhando há mais
377 ou menos 10 anos. Então isso tem marcado o comportamento dos Acidentes do
378 Trabalho no Brasil. Isso não significa que não exista subnotificação, que não exista
379 melhoria nos ambientes do trabalho, a gente não consegue identificar um único fator
380 responsável por essa redução, mas com certeza várias ferramentas que a gente
381 vem implantando, e o Fator Acidentário de Prevenção é um bom exemplo de
382 ferramenta que foi implantado que a gente observa que gera melhorias no ambiente

383 de trabalho, pois gera um estímulo a um investimento de melhorias nas condições
384 do ambiente de trabalho. Então, a gente observa que essa redução tem se tornado
385 uma tendência frequente, uma tendência consolidada, o que nos deixa por um lado
386 satisfeitos, mas ainda nos deixa muito ansiosos por melhorias ainda mais
387 acentuadas que a gente pode trabalhar e implementar em políticas públicas futuras
388 que a gente tem que pensar e refletir sobre elas. Aqui na Previdência, normalmente,
389 quando vocês tiverem qualquer dúvida sobre os dados de Acidente do Trabalho,
390 temos eu, o Paulo César, o Evandro. O Paulo César e o Evandro vão depois,
391 provavelmente, fazer alguns comentários para vocês, mas o que precisarem de
392 informação estamos à disposição de vocês. Hoje eu quis trazer uma rápida análise,
393 mas ao longo do ano a gente vai publicando alguns estudos específicos, algumas
394 análises mais aprofundadas, fica tudo disponível lá no site da Previdência para
395 vocês, então é muito importante que vocês acessem, debatam com a gente, sejam
396 divulgadores dessa informação, porque isso é reflexo do trabalho que a gente vem
397 fazendo aqui ao longo dos anos. Obrigado a todos pela atenção, e passo a palavra
398 para o Paulo César e para o Evandro se quiserem fazer algum comentário.

399 **Sr. Paulo César Andrade Almeida (CGSAT/SPREV):** — Bom dia a todos! Na
400 verdade, serão só dois breves comentários. Foram duas excelentes apresentações
401 que abordaram nesse momento essa análise inicial desses dados de 2017. Então,
402 as observações seriam em relação à administração pública, sempre nos chama
403 atenção o papel de destaque quando se olha ali para os grandes números dos
404 Acidentes do Trabalho da administração pública, mas é importante ressaltar que no
405 âmbito da administração pública existe um viés, porque na administração pública os
406 dados são concentrados no CNAE, na classificação, administração pública. Então
407 nos Entes Federativos aí nos municípios, que não possuem Regimes Próprios de
408 Previdência, todas as atividades desenvolvidas por trabalhadores do município, a
409 educação, atividade de educação, atividade de saúde, que são atividades que tem
410 um perfil forte de adoecimento, essas atividades, os dados de acidentalidade dessas
411 atividades vão estar inseridos no CNAE administração pública. Então é um CNAE
412 que merece, assim, uma análise mais aprofundada em relação à atividade
413 desenvolvida pelos trabalhadores, inclusive nos próprios entes que possuem

414 Regimes Próprios existem situações de trabalhadores que estão também vinculados
415 ao Regime Geral, alguns contratos temporários de trabalho, cargos em comissão e
416 por diante. Então, quando se for analisar os dados da administração pública sempre
417 tem que se ter em mente que há um viés de concentração que abarca todas as
418 atividades envolvidas nesse ano. Um outro dado importante que nós podemos
419 observar é que além da diminuição absoluta e relativa dos Acidentes do Trabalho ao
420 longo desses anos, ocorreu também uma diminuição em relação à gravidade dos
421 acidentes, uma política pública de melhoria de meio ambiente de trabalho, ela não
422 somente visa uma diminuição de números de acidente, mas também visa à
423 diminuição da gravidade do acidente. Se não se consegue se evitar o acidente, uma
424 vez ocorrido, que ao menos a gravidade, a repercussão desse acidente seja menor.
425 Então, nós observamos os dados apresentados pelo Alexandre Zioli que aumentou o
426 número de acidentes cuja consequência foi, tão somente, assistência médica ou
427 uma incapacidade com menos de 15 dias. Aumentaram esses números, mas
428 diminuíram os acidentes que geraram a incapacidade permanente, a aposentadoria
429 por invalidez e, até mesmo, o óbito. Então, é sempre importante ressaltar essa
430 importante consequência de uma política pública de diminuição de Acidentes do
431 Trabalho. Quando a gente fala diminuição entenda esse lado censo de diminuição
432 do número e diminuição da repercussão, diminuição da gravidade. Obrigado!

433 **Sr. Evandro Costa (CGMBI/SPREV):** — Bom dia a todos! Só para acrescentar que
434 nós estamos participando de um grupo chamado “Trabalho Seguro no Âmbito do
435 TST”, e praticamente tem dez meses, mais ou menos, que há um debate para se
436 efetivar a fiscalização do cumprimento da CAT-WEB. Então, as Comunicações de
437 Acidente do Trabalho, hoje, a fiscalização dessa obrigação legal está na Lei nº
438 11.457 da Receita Federal do Brasil, porém a operacionalização do registro da
439 Comunicação de Acidente do Trabalho ocorre no âmbito do INSS. Então o que a
440 gente está lá, o INSS está lá no nesse grupo também, a Receita Federal, nós
441 estamos debatendo formas de se efetivar, tanto quanto possível, a fiscalização para
442 fazer frente ao potencial de subnotificação que tem em relação à Comunicação de
443 Acidente do Trabalho. É o que o Orion fala sempre, a redução ela é, provavelmente,
444 produto de muitas políticas de melhoria do meio ambiente de trabalho, mas,

445 também, pode ser que exista uma parcela de subnotificação em face da baixa
446 efetividade da fiscalização. Então é só isso para acrescentar.

447 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Antes de passar para os debates, só
448 registrar duas coisas aqui: primeiro é importante registrar a presença de três
449 Presidentes de Entidades e Associações ligadas a aposentados e pensionistas.
450 Então, citando nomes em ordem alfabética: José Veiga de Oliveira, Presidente da
451 Federação das Associações e Departamentos de Aposentados, Pensionistas e
452 Idosos do Estado de São Paulo, também aqui representando o Sindicato Nacional
453 dos Aposentados, o Presidente Marcos José Bulgarelli, está aqui também, ligado a
454 Força Sindical, o Vice-Presidente também do Sindicato Nacional dos Aposentados,
455 o Plínio Gustavo Adri Sarti, também está aqui, e também representando a
456 Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, o Presidente da COBAP,
457 Warley Martins Gonçalves. Então, obrigado pela presença de vocês quatro aqui. E
458 também um outro aspecto, um outro ponto é o seguinte, no final da reunião de hoje
459 a gente vai fazer uma deliberação sobre a data da próxima reunião, porque eu não
460 vou poder estar aqui no dia, então vamos ver se a gente consegue antecipar isso,
461 mas, enfim, é uma coisa mais simples, mas é um ponto de pauta. Bem, quem quer
462 fazer algum comentário aqui? Então Marcos inicialmente.

463 **Sr. Marcos Barroso de Oliveira (COBAP):** — Bom dia a todos e a todas! Um bom
464 dia especial ao Presidente da COBAP, Sr. Warley Martins, entidade a qual eu
465 represento aqui. Eu estava, na verdade eu também quero me justificar o atraso aí da
466 minha estada, da minha chegada aqui, houve um atraso no voo e, por esse motivo,
467 que cheguei um pouquinho mais tarde. É o seguinte, parabenizar ao Alexandre, ao
468 Orion, ao Paulo e ao Evandro pela apresentação. As reflexões aqui trazidas pelo
469 Orion eu acho que pôde nos ajudar a poder ter um entendimento melhor, mas eu,
470 ainda que dentro dessas reflexões tenha a consideração de que algumas não houve
471 uma explicação específica, como está aqui no antepenúltimo quadro, na análise
472 preliminar dos dados, eu gostaria de fazer algumas considerações. Ao mesmo
473 tempo em que também pedir ao Presidente Edison, do INSS, que possa trazer na
474 próxima reunião dados semelhantes ao que já pedi do PRPI, que é a questão
475 benefícios que foram cessados e que foram judicializados posteriormente. Na

476 verdade, Presidente, eu já fiz esse pedido aqui por duas vezes, inclusive consta na
477 última ata que eu também falo sobre isso. Eu peço esses números desses
478 benefícios que foram cessados e que foram judicializados. E de igual forma, eu aqui
479 também faço a minha reflexão, Orion me permita, porque esses números aqui eles,
480 na verdade, são números de registros de benefícios concedidos, de benefícios que
481 foram implantados, e eu gostaria também de ter o registro desses benefícios que
482 não foram admitidos pelas perícias. Benefícios, estes, que não foram considerados
483 incapacitantes, eu queria ter para eu poder ter como referência a quantidade de
484 benefícios, porque um dado aqui me assustou bastante, e aí eu queria entender
485 esse registro de 30% a menos que acontece nos anos, na verdade, ele cresce no
486 ano 2015, tem uma pequena queda em 2016, assustadoramente em 30%. E é esse
487 motivo que eu queria fazer uma comparação se essa diminuição ocorreu por algo
488 específico e queria fazer uma comparação no que foi judicializado nesse período.
489 Vamos ver se ele, nesse período, o número de judicialização foi também crescente
490 na ordem inversa, para que a gente consiga entender melhor essa situação. Era a
491 consideração que eu queria fazer.

492 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Na sequência Fernando, por favor,
493 Fernando!

494 **Sr. Fernando Dantas (CTB):** — Bom dia a todos e a todas! Queria, também, pedir
495 desculpa pelo atraso, mas não foi nossa culpa, viemos no mesmo voo. Mas, enfim,
496 observando os números, eu não posso dizer que eu considero isso positivo, porque
497 é como o Orion mesmo falou na análise preliminar dele, a gente tem um problema
498 seríssimo de mais de 13 milhões de desempregados. Isso, sem dúvida nenhuma,
499 deve ter impactado nos números, não só a greve que ocorreu em 2016, mas a
500 questão do número de desempregados hoje no País acredito que tem impactado
501 muito forte nesses números apresentados. Eu não quero levar em consideração a
502 subnotificação que a gente já está careca de saber, como diz o ditado popular, que
503 ela existe e ela em alto, em muita quantidade, em alto grau de quantidade. Agora,
504 nesses números a gente também pode perceber, o Marcos levantou muito bem essa
505 questão dos 30%. Eu acho que tem que ser apurado, ver por que esse número tão
506 alto na concessão de doenças? E aí está, eu acredito que está relacionado a dois

507 aspectos: 1) hoje a gente tem conhecimento que a maioria das empresas,
508 infelizmente, não gostam de emitir CAT, se negam a emitir a CAT quando o assunto,
509 quando vai dar a prova de que é Acidente do Trabalho, a gente sabe disso, a gente
510 que está atendendo trabalhador constantemente, a gente sabe que a maioria das
511 empresas não gostam de emitir a CAT, esse é um aspecto; o segundo aspecto, que
512 eu também considero preocupante, é que, a meu ver, esse baixo número de
513 Acidente do Trabalho tem a ver também com a questão da concessão do benefício,
514 a gente sabe que a Previdência adotou uma política de diminuir, de não acatar, não
515 conceder a concessão, a gente sabe disso, para diminuir custo. Então, a gente sabe
516 que as perícias têm negado os benefícios dos trabalhadores mesmo quando eles
517 apresentam laudos médicos, exames, eles têm criado problema para acatar. Então,
518 isso evidentemente que vai impactar nesses números, evidentemente. Então são
519 essas questões, e aí eu fico muito mais preocupado para a gente vislumbrar o
520 futuro. Nós estamos aí com a nova reforma trabalhista, que terceirizou praticamente
521 tudo. Nós vamos ter trabalho intermitente, vamos ter trabalhadores terceirizados em
522 todas as atividades, e a gente sabe muito bem como é o trabalho terceirizado nesse
523 País, que é um alto grau de Acidente do Trabalho. Então, nos preocupa muito! E
524 esperamos que os números que sejam apresentados, eles reflitam realmente a
525 realidade do que está para acontecer. Finalizando, eu queria fazer uma pergunta
526 aqui nesse quadro às seis primeiras CNAE por quantidade Acidente do Trabalho, eu
527 queria saber se o segmento bancário ele está fora desse quadro aqui, só para saber.
528 Bom, então seria isso minhas primeiras considerações.

529 **Sr. Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT):** — Bom dia a todos e todas!
530 Parabenizar os companheiros pela apresentação que foi feita para nós, sempre
531 quando entra aqui no Conselho esse tema da questão dos Acidentes do Trabalho no
532 Brasil, nos traz dados importantes para nosso conhecimento da realidade dos
533 trabalhadores nos seus locais de trabalho. Mas eu vou na linha que os
534 companheiros já falaram, seriam dados que a gente vê decrescente com relação ao
535 número de Acidente do Trabalho, que a princípio seriam para comemoração, mas,
536 com certeza, não é! Se nós estivéssemos em pleno emprego aqui no País, então a
537 gente poderia talvez comemorar um pouco com relação a essa questão da redução

538 de acidentes. Eu, na semana passada, eu atendi uma trabalhadora que me chamou
539 atenção a fala dela lá no sindicato nosso, ela falou assim: olha, eu sofri um acidente
540 de trajeto, aí ela procurou o INSS, e ela me falou, primeira pergunta minha: foi feito o
541 CAT? Ela falou assim: não, eu fui até o recurso humano da empresa, ela trabalha
542 numa empresa em torno de 100 trabalhadores, mas o recurso humano falou que
543 acidente de percurso não é mais considerado Acidente do Trabalho. Então, acho
544 que uns dois, três anos atrás nós fizemos esse debate aqui dentro do Conselho, e
545 assim como nós trabalhadores temos que ter essa informação dessa mudança que
546 teve, que acidente de percurso ele continua sendo Acidente do Trabalho, mas eu
547 acho que as empresas, eu não digo nem essas maiores que talvez tenham recursos
548 humanos um pouco com esses dados, mas principalmente das pequenas indústrias
549 uma informação, porque um pequeno dado desse aí pode ser que essa coisa se
550 espalhe para outros segmentos, é muito fácil chegar, e aquela trabalhadora
551 acreditou que acidente de percurso não seria mais considerado um Acidente do
552 Trabalho. Então, quando a gente vê hoje que ele está em declínio, de repente esses
553 dados, também, eu acho que é muito importante que a gente procure buscar essas
554 informações e orientar, não sei se parte do Ministério do Trabalho para esses
555 segmentos industriais com relação a essa alteração que teve, que acidente de
556 percurso continua sendo considerado um Acidente do Trabalho. Com relação à
557 apresentação, aqui foi citado à questão da construção civil que saiu entre as seis
558 primeiras, nós sabemos, com a crise econômica que nós tivemos, o setor que foi
559 mais afetado no País foi à construção civil. Então, não vamos comemorar que ele
560 saiu dessa estatística porque é a realidade! A construção civil, a relação que a gente
561 tem com os companheiros do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, a
562 gente perdeu em torno de 50% da sua mão de obra, então isso deixa bem claro,
563 quando coloca que a construção civil saiu daquela relação das primeiras seis
564 empresas que mais acontecem esses acidentes. Outro fator também que me chama
565 atenção, pegando aqui os dados de 2013 e 2017, a questão da queda de
566 contribuintes, foi em torno de 7%, de 7% a queda, estou falando de cinco anos, uma
567 coisa que a gente vinha levando e caiu em torno de 7%. E aí, eu sei que não é o
568 tema, mas uma coisa puxa a outra, ali o companheiro acabou de citar a questão,
569 hoje, da Previdência, as exigências que têm para conceder um auxílio-doença, um

570 auxílio-acidente na passagem pela perícia do INSS. Aí, se você teve em cinco anos
571 uma queda de 7% do número de contribuintes, nós sabemos que está diretamente
572 relacionado à questão do desemprego no País, e nesse mesmo período de cinco
573 anos os benefícios de aposentadoria, de pensões, teve um aumento no seu valor de
574 em torno de 30%, aí talvez é que chega falando assim: “olha, a Previdência está
575 deficitária”, você reduz o número de trabalhador que contribui, e automaticamente
576 tem que ter a reposição da inflação dele todo ano, e aí você pegando esses
577 números você vê, talvez, na linha que o companheiro apresentou ali, a dificuldade
578 que o trabalhador hoje tem para manter o seu benefício de auxílio-doença ou até de
579 uma aposentadoria por invalidez, os números que têm se cortado. Então, queira ou
580 não uma coisa está relacionada à outra. Então, as apresentações são muito
581 importantes para nós, essa questão desses números para a gente poder divulgar,
582 mas eu quero deixar esse meu relato que, infelizmente, esse número está caindo
583 não é porque as condições de trabalho do trabalhador brasileiro está melhorando,
584 que é o que nós queríamos, a gente não tem que comemorar quando esses
585 números aumentam, a gente tem que comemorar quando ele diminui, mas também
586 tem que comemorar se as condições de trabalho dos trabalhadores brasileiros estão
587 melhorando. Nós sabemos que a realidade não é essa, é isso! Obrigado!

588 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Dando sequência Zioli, Orion? Orion!
589 Por favor, Alexandre.

590 **Sr. Alexandre Zioli Fernandes (CGEDA/SRGPS):** — Só fazer alguns comentários.
591 A respeito do que foi colocado primeiro com relação ao Marcos, é o seguinte, a
592 gente não fez nenhuma apresentação a respeito de quantidade de benefícios,
593 apenas ocorrências de Acidentes do Trabalho, e o benefício só vai ser gerado se o
594 Acidente do Trabalho provocar um afastamento de pelo menos 15 dias, ou, nos
595 casos, mais extremos, temporário ou óbito, nestes casos é que é gerado o benefício.
596 A gente não está fazendo nenhuma relação com o benefício. No Anuário Estatístico
597 da Previdência Social aí tem quantidade de benefícios concedidos de natureza
598 acidentária, e mensalmente no Boletim Estatístico da Previdência Social a gente
599 divulga as quantidades de benefícios que foram concedidos de natureza acidentária.
600 É só porque, às vezes, as pessoas confundem um pouco as coisas e as situações.

601 Um Acidente do Trabalho não necessariamente vai gerar o acesso ao benefício. Em
602 relação à judicialização, também está fora do tema do Anuário. Em relação ao
603 Fernando, assim, realmente você tem uma quantidade de 3 milhões de pessoas
604 empregadas, reduz a base de incidência de Acidentes do Trabalho, a população que
605 está sujeita a esse tipo de situação, mas, então, como é que a gente tenta mensurar
606 isso para ter certeza que a queda não é exatamente decorrente dessa redução? É
607 quando a gente relativiza a quantidade de Acidentes do Trabalho com uma
608 população que está exposta, foram os números que o Orion colocou. Assim, a gente
609 observa a queda não só em números absolutos, mas também em números relativos.
610 A questão da subnotificação pode ser realmente um problema, não emissão de CAT,
611 mas também temos que lembrar que existe a perícia médica, que pode por meio de
612 um nexó técnico, identificar o Acidente do Trabalho. Nada disso é perfeito, pode ser?
613 Pode! Mas assim essa parte mais técnica deixo para o Orion comentar. Em relação
614 ao Gerson, também relação de desemprego a mesma coisa, está colocando, assim,
615 acho que o desemprego é um fator preocupante, realmente, reduz a quantidade de
616 contribuintes, reduz a quantidade de trabalhadores que estaria exposta à
617 possibilidade de Acidentes do Trabalho, mas os dados não parecem indicar que
618 essa seja a causa, a única causa, da queda dos Acidentes do Trabalho.

619 **Sr. Orion Oliveira (SRGPS/SPREV):** — Fazendo alguns esclarecimentos, também,
620 por ordem, o Zioli já esclareceu alguns de forma bem precisa. Em relação aos
621 questionamentos do Marcos, foi bem explicado pelo Zioli, então, que a gente não
622 está analisando a questão do benefício em si, a gente tem algumas formas de
623 identificar o Acidente do Trabalho, e, às vezes, como a gente faz uma apresentação
624 mais breve, a gente não se detém tanto a elas, mas o Zioli trouxe um slide
625 específico que é por meio de uma Comunicação de Acidente do Trabalho, emitida
626 pela empresa, a obrigação é da empresa de fazer emissão ocorrendo o Acidente do
627 Trabalho, e o conceito de acidente pode ser o típico, o trajeto ou doença. Mas, se
628 essa identificação não for feita, vai haver uma avaliação da perícia médica, caso a
629 incapacidade seja superior a 15 dias, e nessa avaliação a perícia tem diversas
630 formas de relacionar aquela incapacidade com trabalho. Então, pode ser por meio
631 de um nexó profissional, um nexó do trabalho, nexó técnico epidemiológico, nexó

632 individual, existem várias formas de fazer essa identificação do Acidente do
633 Trabalho. Quando a gente está falando aqui dos dados a gente está falando dos
634 acidentes registrados pela empresa ou das incapacidades reconhecidas pelo INSS,
635 quais delas foram relacionadas com algum acidente ou doença do trabalho. São
636 esses os dados que o Anuário Estatístico tenta explorar. Lembrando: quando é
637 judicializada a questão da incapacidade aí, logicamente, vai ter que ter uma
638 definição também se aquela incapacidade é decorrente do trabalho ou não, então é
639 feita essa avaliação também, até pela questão de competência; quando a
640 incapacidade é decorrente do trabalho a competência é da justiça estadual; quando
641 a incapacidade não é decorrente do trabalho a competência para analisar o
642 benefício que foi judicializado é da Justiça Federal. Mas, sem entrar nesses
643 aspectos específicos, que foge um pouco a questão do Anuário, é importante a
644 gente registrar essas formas de identificação do acidente para que a gente entenda
645 direitinho o que o Anuário está trazendo de reflexão para a gente. Quanto aos
646 questionamentos do Fernando, como o Zioli já bem explicitou, a redução,
647 logicamente, do número de segurados da Previdência gera-se uma redução do
648 número absoluto dos Acidentes do Trabalho. Mas quando a gente faz a análise dos
649 dados da redução de acidentes no País, a gente vê uma redução real do número de
650 acidentes, a gente vê que mesmo relativizando pelo número de segurados
651 empregados a Taxa de Incidência de Acidente do Trabalho no País vem caindo na
652 casa de 5% ao ano. O que indica que a gente está tendo uma redução real do
653 número de Acidentes do Trabalho no País. Logicamente a gente não pode descartar
654 nenhuma das hipóteses para avaliar o motivo pelo qual essa redução está
655 ocorrendo: melhorias nos Acidentes do Trabalho, maior efetividade das políticas
656 públicas, subnotificação, tudo isso tem que ser avaliado. É um contexto muito
657 importante de ser avaliado. Então, a gente precisa não descartar nenhuma hipótese,
658 eu acho que todas contribuem de alguma forma para essa redução, e eu acredito
659 que a gente precisa explorar esses fatores para entender melhor o que vem
660 acontecendo. Por fim, a questão da não emissão da CAT, é sempre importante
661 lembrar que, embora a prioridade na emissão da CAT seja da empresa, a obrigação
662 primária da emissão da CAT seja da empresa, existem outros legitimados que na
663 ausência da comunicação pela empresa podem fazer essa emissão, seja o próprio

664 segurado, seja o sindicato, seja qualquer autoridade pública que identifica a
665 ocorrência desse Acidente do Trabalho, podem fazer a comunicação, isso vai chegar
666 aos bancos de dados da Previdência no mesmo formato. E, por fim, o Gerson
667 levantou um ponto muito importante, que eu acho que precisa de um
668 esclarecimento, que é a questão do acidente de trajeto ter deixado de ser Acidente
669 do Trabalho. A gente verificou uma grande confusão que surgiu e uma confusão
670 conceitual, quando houve a mudança na legislação trabalhista que deixou de
671 determinar o pagamento das chamadas horas *in itinere*, aquela hora de
672 deslocamento do trabalhador para o local de trabalho, quando o local é de difícil
673 acesso não servido por transporte público regular, em que o próprio empregador
674 fornece o transporte, antes essa hora era remunerada, considerada na jornada de
675 trabalho do trabalhador. Com as mudanças trazidas na legislação trabalhista, isso
676 deixou de ser considerado e muita gente começou a confundir a legislação
677 trabalhista com a previdenciária dizendo que o acidente de trajeto, esse acidente
678 que ocorria no percurso casa-trabalho, havia deixado de ser considerado Acidente
679 do Trabalho. Nós esclarecemos isso em diversos eventos, que isso são conceitos
680 diferentes, de legislações diferentes, e que o conceito de Acidente do Trabalho está
681 definido na Lei nº 8.213, e lá continua expresse que o acidente de trajeto, aquele
682 ocorrido no deslocamento casa-trabalho, continua sendo Acidente do Trabalho. E
683 muito importante a provocação do Gerson, até para a gente pensar em reforçar esse
684 esclarecimento que a gente vem fazendo, eu acho que estão todos preocupados
685 com isso, a gente precisa reforçar esse esclarecimento. Não podemos deixar
686 também de considerar aquela outra questão que gerou uma dúvida no mercado
687 como um todo, quando o acidente com menos de 15 dias foi retirado do cálculo do
688 Fator Acidentário de Prevenção, isso também não fez com que acidente com menos
689 de 15 dias deixasse de ser Acidente do Trabalho. A legislação continua definindo
690 esse acidente como Acidente do Trabalho. Publicamos notícias sobre isso,
691 esclarecemos essa informação em diversos eventos, então é muito importante que a
692 gente continue esclarecendo as nossas bases, as empresas, os trabalhadores que
693 acidentes com menos de 15 dias só foram retirados do cálculo do FAP (acidentes
694 não fatais com menos de 15 dias), os demais continuam sendo, nos demais
695 conceitos de Acidente do Trabalho, esse acidente continua sendo considerado

696 Acidente do Trabalho. E para terminar, bem rapidinho, construção civil. A construção
697 civil saiu realmente do ranking dos seis ali com maior número absoluto de acidentes,
698 justamente fruto da retração do mercado, mas a gente observa também uma subida
699 de um setor que a gente vem vendo também um crescimento no número de
700 Acidentes do Trabalho, que é o setor de abate de aves e pequenos animais, então, a
701 gente vê que o mercado sofreu uma mudança e que a construção civil, que é um
702 setor que historicamente tem um índice de Acidente do Trabalho elevado, saiu do
703 ranking dos seis, e aí quando a gente analisa a redução do número de empregados
704 desse setor corresponde a essa saída deles, porque realmente houve uma retração
705 muito grande do número de segurados desse setor. Só isso. Obrigado.

706 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Brunca, por favor, quer
707 complementar?

708 **Sr. Benedito Adalberto Brunca (SPREV):** — Só quero esclarecer para a gente não
709 confundir, como já foi mencionado, Acidente do Trabalho, Anuário Estatístico e
710 Benefícios, e no Boletim que vocês recebem pelo e-mail, que a gente não está
711 entregando agora mais impresso. Não é verdade a afirmação feita pelo Fernando,
712 vou citar aqui, em relação a Benefício por Incapacidade, o ano de 2013 foram
713 3.000.000, em 2014 3.000.024, no ano seguinte 2.000.396 por conta da greve, no
714 seguinte 2.000.807, no ano de 2017 2.000.970, então mesmo com a queda absoluta
715 em relação ao número de filiados, proporcionalmente o número de Concessões de
716 Benefícios por Incapacidade não caiu para dizer que nós estamos fazendo
717 economia. Fazer esse tipo de afirmação não contribui em nada aqui para um debate
718 no nível que se estabelece nesse Conselho, Fernando. Porque falar que, assim, tem
719 cota parte para poder conceder benefícios de uma pessoa que não tem o domínio
720 da questão orçamentária a gente compreende, agora, aqui vocês aprovaram o
721 orçamento anterior há dois meses, há duas reuniões atrás, e essa questão não tem
722 limite de concessão, os números de requerimento de concessão, julho passado
723 foram 378.000, julho de 2018 412.000 requerimentos. Então, não tem nem limite de
724 requerimento e nem limite para concessão. Qual é o limite para concessão? A
725 verificação da existência da efetiva incapacidade, e mesmo assim o número está
726 aumentando relativamente, aliás absolutamente. Quanto à questão levantada pelo

727 Gerson, eu acho que a gente tem pedido a colaboração de todas as entidades,
728 porque quando ocorreu aquela deliberação aqui no Conselho sobre o FAP, a
729 conclusão ou a disseminação de informação que ocorreu foi dentro do movimento
730 dos trabalhadores, infelizmente, dizendo acusando que a alteração tinha deixado de
731 considerar e nós circulamos e-mails na época para vocês, pedindo a ação de vocês
732 que representam praticamente todos os ramos de filiados, de sindicatos,
733 confederações e federações para ajudar no esclarecimento de que não era
734 procedente e que não é essa a razão efetiva. Quanto ao resultado como um todo, a
735 gente está aqui não comemorando a gente está constatando. Primeiro a gente tem
736 que ter essa dimensão, primeiro nós estamos constatando, e é impossível deixar de
737 constatar que, apesar dos graves problemas de desemprego ou de subnotificações,
738 a gente também tem que considerar que está havendo um esforço comum coletivo,
739 não só de empresas, porque evitar Acidente do Trabalho é responsabilidade
740 originária da empresa no ambiente de trabalho, mas também é uma
741 responsabilidade do próprio trabalhador buscar a prevenção, cuidar da prevenção
742 nesse conjunto, e é essa referência que nós estamos constatando que há uma
743 redução efetiva, isso não tem como ser negado. A gente pode até dizer que não é a
744 causa total, nem uma explicação única, porque numa análise de um evento de
745 relações de trabalho tão complexa como essa, a gente nunca vai conseguir esgotar
746 todas as análises e as explicações com uma única ponderação, com uma única
747 argumentação. Então, eu só queria deixar isso registrado para a gente não, aqui no
748 âmbito do Conselho, registrar o nível de informação de que estamos concedendo
749 menos por conta de economia, porque isso não é verdade.

750 **Sr. Edison Antonio Costa Britto Garcia (INSS):** — Eu tinha pedido a palavra
751 exatamente para refutar esse tipo de ilação que eu acho lamentável ter que ouvir
752 isso, mas o Brunca já o fez, colocou no lugar correto. Eu acho que nós estamos aqui
753 num colegiado, pessoas que representam a sociedade civil, o governo em busca de
754 formulação de políticas, em busca de construir uma política Previdenciária, de forma
755 responsável, todos unidos e estamos aqui analisando estatísticas. Eu acho que, eu
756 quero registrar e refutar essa ilação de que há uma política e uma orientação por
757 parte do INSS quanto a fazer perícias com o objetivo de fazer economias.

758 Efetivamente o programa que existe é um Programa de Revisão de Benefícios
759 concedidos cuja a revisão não se fez há mais de dois anos, o que é uma obrigação
760 legal, e todas as revisões que fizeram, e pasmem os senhores e senhoras, que no
761 índice, por exemplo, do Rio de Janeiro, as revisões que foram revistas, 99% foram
762 concedidos por decisão judicial sem perícia. Então, o que governo tem feito é, na
763 realidade, colocar ordem nesse processo e cancelar e cessar fraudes e benefícios
764 que foram concedidos por vários anos, cuja doença já se extinguiu, já acabou ou
765 aquilo que justificava a concessão já acabou. Enfim, então, acho assim que também,
766 registrando que os números mostram uma coisa muito singela, quer dizer, a partir do
767 momento em que eu tenho uma redução clara do número de contribuintes pelo
768 desemprego claro, a proporção, e, estatisticamente, eu tenho como resultado uma
769 redução de Acidentes do Trabalho porque a minha base reduziu, então é natural
770 que, do ponto de vista do índice e do resultado, quando a premissa é menor eu
771 tenho, obviamente, uma estatística menor se mantida a proporção. E todos sabemos
772 que todo o programa que tem sido feito, seja por empresas, pelas entidades,
773 representantes dos trabalhadores, Ministério do Trabalho, enfim, tem se feito um
774 esforço muito grande nos últimos anos com prevenção ao trabalho, com
775 instrumentos de prevenção ao trabalho. Quer dizer, então não se pode atribuir que a
776 redução de índices seja ou por uma estratégia prejudicial aos trabalhadores por
777 parte de companhias, ou seja, uma estratégia do governo para evitar conceder
778 direitos que eles têm. Então, eu acho que a gente tem que seguir numa discussão, é
779 como se eu comesse aqui acusar de que as fraudes são arquitetadas pelas
780 entidades representantes dos trabalhadores, não seria irresponsável de fazer esse
781 tipo de ilação. Muito obrigado!

782 **Sra. Andrea Angerami Gato (SINDNAPI):** — Bom dia! Cumprimentar pelas
783 apresentações. E, na verdade, a minha contribuição o Brunca já falou, porque se
784 tratava a respeito da confusão que foi gerada depois que nós alteramos a Resolução
785 do FAP aqui que houve, de fato, um grande mal-entendido. E muitas pessoas
786 começaram a entender que o fato de não ser mais incluído no cálculo do FAP
787 deixaria também de ser tratado como Acidente do Trabalho. Então, era apenas isso,
788 eu não tenho mais nada.

789 **Sr. Salomão Taumaturgo Marques (CNT):** — Como teve aqui, o Dr. Brunca e o Dr.
790 Edison falaram aqui a respeito do tema, se quiser ouvi-los antes, porque eu quero
791 voltar o tema da apresentação para não ter que voltar esse tema posteriormente. Se
792 possível for ouvi-los primeiro para a gente sanar esse ponto. Se possível.

793 **Sr. Marcos Barroso de Oliveira (COBAP):** — Eu queria apenas esclarecer uma
794 situação. Eu não fiz confusão entre as informações das CATs e a questão da
795 concessão de benefícios. Eu busquei e eu quero buscar o entendimento, já que,
796 expressamente na apresentação, diz que quando comparadas com 16 sem
797 explicação específica. Então, eu não fiz afirmação, eu não fiz afirmação! Eu apenas
798 quero buscar um entendimento se não existe uma relação entre esses números e a
799 questão da judicialização. Não sei, eu quero fazer uma comparação, mesmo porque
800 ainda que como a gente vê uma diferença de registro de queda de 30% com CAT
801 registrada, e -8,18 sem CAT registrada. Eu estou, já que não existe essa explicação
802 específica, eu estou tentando buscar uma explicação. E é nesse sentido que eu
803 queria fazer uma comparação, se nesse mesmo período houve crescimento de
804 judicialização, e leva-se a um outro aspecto, também, na observação do Orion, onde
805 existem outros meios de se ter a CAT que não seja pela própria empresa. Lógico,
806 que a gente sabe que existem outros meios, mas a gente sabe das dificuldades,
807 também, de apreciação dessas CATs. Então, eu estou querendo buscar uma
808 explicação, já que essa não está contida aqui na apresentação. Eu quero ver se
809 existe alguma relação levando em consideração as duas informações, de uma
810 queda de -30,35 com CAT registrada e outra de -8,18 sem CAT registrada, e aí a
811 gente comparar com o nível de judicialização desse mesmo período. Então, assim,
812 não é uma confusão de concessão de benefício ou de registro de ocorrências de
813 Acidentes do Trabalho, é apenas buscar essa explicação.

814 **Sr. Fernando Dantas (CTB):** — Bem, eu fico... eu acho graça, às vezes, da
815 indignação. Eu participo de vários fóruns de discussão da Previdência e não é só
816 dessa gestão, de outras gestões, e quando a gente fala em concessão de benefício
817 é dito pelos gestores que a concessão demasiada de benefício onera o custo da
818 Previdência. Eu não sei por que a ofensa? É dito isso em várias gestões, em várias
819 gestões. Então, me desculpe, mas eu não estou falando nenhuma mentira aqui não,

820 certo? Me desculpe, mas não estou falando nenhuma mentira. Pelo menos é o que é
821 dito publicamente por diversas gestões, não é só essa, outras gestões, que
822 antecederam essa, sempre colocaram, inclusive na imprensa, que o número de
823 concessão de benefícios onera a Previdência. Então, me perdoe, mas não estou
824 falando nenhuma inverdade. Só queria falar mais uma coisa, por exemplo, Orion,
825 quando o trabalhador chega com uma CAT que não é emitida pela empresa, o perito
826 sequer olha para CAT, inclusive diz a ele: “Olha a CAT a gente só aceita se for
827 emitida pela empresa”. Então foi o que o Márcio falou aqui, se já existe uma
828 dificuldade de reconhecimento do acidente do trabalho com a CAT do empregador, o
829 que dirá a CAT preenchida pelo segurado? Essa dificuldade é real. Outra coisa,
830 pode não ser o momento oportuno, mas eu queria que trouxesse aqui o número de
831 benefícios que são solicitados para transformação benefício por doença
832 previdenciária, que, na verdade, são Acidentes de Trabalho e que estão lá
833 represados dentro da Previdência Social. O que é que ocorre? Entope as varas de
834 Acidente do Trabalho na Justiça para transformação. É bom que o INSS traga essa
835 quantidade represada de benefício solicitado de transformação para a gente ver
836 como é que se dá a questão das perícias dentro da Previdência Social. Então, são
837 essas questões, me perdoe se isso ofende, mas eu tenho que falar a verdade,
838 entendeu?

839 **Sr. Edison Antonio Costa Britto Garcia (INSS):** — Falando diretamente ao
840 conselheiro Fernando, a sua segunda fala é bem diferente da primeira, a sua
841 segunda fala é óbvia. A concessão representa gasto e aumenta gasto, é óbvio. A
842 sua primeira fala diz que há uma política deliberada de negar direito para fazer
843 economia. É contra isso que eu me insurgi. Que a concessão gera gasto, isso me
844 parece primário e pueril discutir isso, porque é verdade! Qualquer concessão gera
845 desembolso. O que eu me insurgi contra à sua fala é contra uma imputação de que
846 há uma política deliberada de governo para que as perícias sejam orientadas a
847 negar direitos com objetivo de economia da Previdência. É apenas isso que eu acho
848 que não procede e que eu pediria reparo. Muito obrigado!

849 **Sr. Salomão Taumaturgo Marques (CNT):** — Secretário Marcelo e demais amigos
850 desse colegiado, para mim é mais uma vez uma honra estar presente aqui. Vejo que

851 aqui é um ambiente propício para dialogarmos desses assuntos que estamos
852 tratando até aqui, eu vejo que o conselheiro Fernando tem boas intenções, mas
853 também é um momento oportuno de esclarecemos o que for preciso. Às vezes um
854 dado equivocado, algum entendimento incompreensivo que é o momento de
855 falarmos a respeito, sempre com respeito e consideração pelos outros, porque o
856 objetivo principal aqui é melhorarmos cada vez mais a Previdência. Vejo que
857 ninguém está aqui com o sentimento de prejudicialidade no foco que estamos aqui
858 do Conselho. Aqui é um Conselho justamente para nos entendermos. Eu também
859 vejo que, pela política que se tem atualmente, o que está havendo são revisões de
860 benefícios e com isso há reduções de alguns gastos que não haveria necessidade
861 de haver pela revisão, pela legalidade da coisa. Isso, às vezes, causa alguns
862 conflitos de entendimento. Mas a minha indagação agora é a respeito da
863 apresentação aqui do Alexandre, do Orion, do Paulo e do Evandro, muito bem feitas,
864 como costumeiramente são, mas fala aqui do setor de transportes, eu vi aqui que
865 transporte rodoviário de cargas ultrapassou a atividades de correios indo para o
866 quarto lugar. Eu quero perguntar, eu perguntei aqui em reuniões anteriores, se há
867 algum motivo determinante para isso, eu sei que está com CAT típico, trajeto,
868 doença de trabalho e sem CAT também, mas se há algum detalhamento maior
869 nisso, e eu perguntei em algumas reuniões anteriores e reitero agora, se há algum
870 detalhamento maior, se esses acidentes foram causados pelas situações nas
871 estradas ou pelo motorista ou por terceiro, enfim. Minha indagação é essa.

872 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Então, eu vou pedir para o Orion e o
873 Zioli complementarem e a gente passa para o próximo item da pauta. Por favor.

874 **Sr. Alexandre Zioli Fernandes (CGEDA/SRGPS):** — Então, a respeito dessa
875 questão da quantidade de acidentes, essa tabela aqui é meramente descritiva, está
876 mostrando apenas quantidades de acidentes e rankeado por eles de acordo com as
877 atividades econômicas. Então, aqui não está nada relativo, não está colocando em
878 termos relativos, se a gente fizer em termos relativos é bem provável, é praticamente
879 certo que essa ordem vai mudar. Então, um dos motivos pode ser essa questão de
880 maior ou menor quantidade de trabalhadores nessas atividades econômicas, ou
881 seja, uma queda menor, enfim, tem vários fatores que podem estar por trás, a gente

882 não fez nenhum tipo de análise a esse respeito. Até porque o dado saiu agora, é
883 relativamente novo, não teve tempo nenhum para se fazer qualquer estudo. Então,
884 pode ter diversas causas, e inclusive até já tinha sido dito, não me lembro quem
885 comentou/perguntou sobre a questão do setor bancário, que não está aqui na lista, o
886 Fernando, então, o setor bancário não está na lista por causa do ordenamento.
887 Talvez esteja, sei lá, numa posição elevada, mas entre os seus primeiros não
888 apareceu. A gente tem centenas de atividades econômicas, quase 1.000, então esse
889 ordenamento delas no meio é muito alto, pode ser que um dia venha a aparecer,
890 mas por enquanto não está presente. Orion, quer falar mais alguma coisa? Quer
891 complementar mais alguma coisa?

892 **Sr. Orion Oliveira (SRGPS/SPREV):** — Com certeza. Obrigado Zioli. Primeiramente
893 uma dúvida levantada pelo Marcos em relação aos números das doenças
894 ocupacionais. É que a emissão de CAT de doenças caiu 30,35%, que é um número
895 que assusta. Esse número nos assustou também muito em 2016, quando a gente
896 teve uma queda de 18,75%, salvo engano, e depois isso foi corrigido nesse ano, no
897 Anuário desse ano, a queda foi de 9,34%, alguma coisa nesse sentido, mas então
898 houve uma redução, houve uma queda. Isso a gente levantou duas suspeitas de por
899 que isso ocorre e de por que a gente espera uma correção, também, para o ano
900 subsequente: a primeira dúvida é que uma doença do trabalho ela tem uma
901 dificuldade de identificação muito maior que um acidente típico, quando a gente olha
902 em acidentes típicos a queda não é tão acentuada, por quê? O acidente típico é
903 aquele que ocorreu, o trabalhador machucou numa máquina é muito fácil fazer
904 identificação, agora a doença ela exige um período, às vezes, mais prolongado de
905 diagnóstico, de exames, um processo mais prolongado e, talvez, a emissão da CAT
906 por isso acaba postergada, porque a identificação só é feita em momento futuro;
907 outra questão, também, é que a gente vê que algumas vezes a própria identificação
908 só é feita no momento da perícia médica, por meio dos nexos estabelecidos no
909 âmbito da Previdência. Feita a identificação, aí sim, a empresa emite a
910 Comunicação de Acidente do Trabalho e isso passa a contabilizar nas CATs
911 emitidas. São duas suspeitas, duas possibilidades nessa análise preliminar que
912 realmente demandam aprofundamento, e a gente, também, gerou uma expectativa

913 de que para o próximo ano a gente tenha uma correção acentuada nesses 30%, que
914 caia pelo menos pela metade como ocorreu esse ano em relação quando a gente
915 comparou 2016, com a publicação do Anuário de 2016 com essa correção feita no
916 Anuário de 2017 dos dados de 2016, é uma correção bem acentuada que a gente
917 espera para o ano seguinte também. Então realmente são suspeitas, por enquanto,
918 foi uma análise muito preliminar, mas é coerente sua preocupação, e a gente precisa
919 sim avaliar e estudar para entender melhor esse fenômeno para a gente conseguir
920 saber até como trabalhar com ele e como melhorar, como elaborar políticas públicas
921 específicas para que esse nexo se torne mais fácil. Esse é um problema não só do
922 Brasil, é um problema no mundo, a gente teve algumas cooperações que até alguns
923 conselheiros aqui participaram com a Alemanha, com a Itália, que mostra a
924 dificuldade da identificação das doenças do trabalho, por conta desse processo mais
925 prolongado de diagnóstico, de vinculação. Quanto à dúvida do Fernando sobre,
926 quando você questionou da questão da CAT, da viabilidade de CATs emitidas por
927 terceiros, eu acho, assim, a legislação assegura a emissão das CATs por terceiros,
928 e aí qualquer desvio eu acho que a gente tem que avaliar só no aspecto do desvio
929 que ocorreu, se houver algum profissional que se recuse a reconhecer ou avaliar,
930 não é nem reconhecer é avaliar, porque a palavra final realmente hoje é do perito
931 médico, segundo a legislação, é ele quem vai dizer se a incapacidade decorre de um
932 Acidente do Trabalho ou não, mas qualquer desvio pontual eu acho que a gente
933 deve avaliar pontualmente, não generalizando, porque me preocupa muito se a
934 gente pensar que isso sempre ocorre, na verdade a gente tem que pensar que são
935 desvio, e se houver um desvio a gente precisa sim avaliar, mas como um desvio
936 pontual e não como algo generalizado. E em relação ao Salomão, sobre a questão
937 no setor de transporte de cargas, é um setor muito importante, e eu acho que os
938 dados acabam refletindo a importância desse setor no País, a gente tem um volume
939 elevado de trabalhadores nesse País, e, conseqüentemente, aqui a gente teve uma
940 análise, como o Zioli bem disse, de números absolutos. Então, ele vai estar num
941 patamar também superior em números de Acidentes do Trabalho provocados, é
942 possível fazer essa relativização, o Anuário Estatístico traz essa relativização em
943 relação ao número de contribuintes do setor, então esse talvez facilite essa análise.
944 A gente aqui trouxe uma análise mais geral dos dados, a gente ainda não

945 aprofundou em nenhum ponto, mas esse aprofundamento é muito importante para a
946 gente entender os comportamentos dos setores específicos, e o Anuário traz sim
947 elementos, inclusive quando os dados são colocados no Infologo, isso fica até mais
948 fácil, porque você consegue fazer os cruzamentos de uma forma mais fácil, que a
949 ferramenta que fica disponível no site da Previdência, no Infologo você tem os dados
950 do Anuário para você dizer qual cruzamento você quer fazer. Então, isso vai facilitar
951 bastante essa visão e a gente, com certeza, tem interesse e deve aprofundar nos
952 estudos. O Anuário ele tem esse viés de trazer dados para a gente, para que a
953 gente consiga verificar o que está acontecendo no País em relação aos Acidentes
954 do Trabalho. E esse estudo eu acho que é fundamental para a gente entender, de
955 forma relativa, se isso aqui que a gente trouxe, de forma absoluta, também se reflete
956 no aumento de acidente de forma relativa, e aí a gente fala de segurança viária, de
957 uma série de outras questões que a gente tem que avaliar também e de políticas
958 que a gente tem que produzir cada vez mais para melhorar as condições de trabalho
959 no setor.

960 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Obrigado, Orion! Vamos dar
961 prosseguimento então. Obrigado Alexandre, obrigado Orion.

962 **Sr. Marcos Barroso de Oliveira (COBAP):** — Apenas para ratificar rapidamente, é
963 para ratificar o meu pedido, e aí presidente Edison, está justificado o meu pedido de
964 apresentar os números dessa judicialização nesse período, eu acho que ficou claro
965 aí para mim. Eu não fiz afirmação, eu quero a busca da compreensão, e aí esses
966 números seriam importantes para gente buscar. Queria registrar o meu pedido
967 então.

968 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Obrigado ao Alexandre, ao Orion, ao
969 Paulo e ao Evandro. E vamos dar prosseguimento ao tema da “Desaposentação,
970 desdobramentos das ações do INSS após a decisão do Supremo” que será
971 apresentado pela Márcia Eliza de Souza. Márcia é Procuradora-Chefe da
972 Procuradoria Federal Especializada do INSS. Então, Márcia, por favor.

973 **Sra. Márcia Eliza de Souza (INSS):** — Bom dia a todos! Primeiro eu queria
974 agradecer o convite do Conselho para poder trabalhar sobre a desaposentação,
975 cumprimentar Secretário da Previdência, o Dr. Marcelo, o Presidente do INSS, Dr.
976 Edison e o Secretário Dr. Brunca, e os demais presentes, os conselheiros. Na
977 verdade, foi me colocado para falar sobre a desaposentação, eu só quero fazer uma
978 explicação da seguinte maneira: nós temos justiças, estaduais e federais, em todo o
979 País, naquelas cidades/municípios que não tem justiça federal, temos as justiças
980 estaduais e, por previsão constitucional, os nossos segurados podem ingressar com
981 as ações na justiça estadual. O universo de pessoas, de juízes que trabalham nessa
982 ação é bastante grande. Então, a desaposentação ela começou há alguns anos,
983 inclusive o processo que chegou ao STF e que foi decidido em 2016, ele é de 2009,
984 então, são processos que ficam durante um longo tempo em tramitação. Quando
985 esse processo chega ao Supremo e ele é recepcionado como repercussão geral,
986 todas as ações elas se suspendem até o julgamento definitivo para aplicar a tese,
987 mas isso não significa que não tem um processo que tem um transitado e julgado e
988 decidido antes de chegar no Supremo e for reconhecida a repercussão geral. Então,
989 são situações de várias naturezas, processos que já tinham sido transitados em
990 julgado, processos que estavam aguardando decisão do Supremo e processos que,
991 inclusive, tinham tutela que já tinha sido proferida e o INSS cumprido a determinação
992 judicial. Não sei se vocês sabem, mas o INSS tem agências específicas para
993 atendimento de ações judiciais, que são as ADJs. Nós temos em todas as
994 Gerências-Executivas, agências com servidores específicos para fazer esse
995 atendimento. Então, conforme as ações forem entrando, as reuniões foram sendo
996 proferidas, foram sendo cumpridos. Em outros casos o juiz determinava restituição
997 aí o segurado não se interessava e havia execução. Então, nós tivemos diversas
998 naturezas nisso. Com a decisão do Supremo, os recursos que vão para o Supremo
999 Tribunal Federal eles não têm efeito suspensivo, o que que aconteceu? A decisão
1000 proferida no Supremo, embora não transitada em julgado, ela é de cumprimento
1001 imediato. Então, os juízes que estavam julgando esses processos que as ações
1002 continuavam em tramitação, até por uma imposição legal e tudo, essas tutelas estão
1003 sendo reavaliadas e revogadas. O que significa? Que o processo volta ao valor
1004 original, o processo não, o benefício volta ao valor original. O que a PGF fez? Ela só

1005 passou uma orientação para nós, para os Procuradores, como atuar nessas ações,
1006 não existiu, por parte do INSS, nenhuma orientação sobre restituição, sobre
1007 cobrança nada. O INSS não tomou nenhuma medida administrativa acerca desse
1008 tema. Como é que nós estamos trabalhando? Na verdade, tem uma portaria da
1009 PGF, é Portaria-Conjunta com o INSS que trata da restituição dos valores proferidos
1010 por tutela antecipada. Nesse documento que eu coloquei aqui, eu trouxe só dois
1011 temas, a questão do Supremo, da decisão do Supremo e o fundamento na lei, e uma
1012 decisão do STJ que trata da restituição, da devolução dos valores recebidos em
1013 tutela. Então significa o quê? Nós temos uma decisão provisória, proferida por um
1014 juiz, que ele vai revogar essa decisão, e nós temos também uma autorização dentro
1015 CPC (Código de Processo Civil), como já confirmada pelo STJ, também em
1016 repercussão geral, que os valores recebidos por força de tutela é provisório, mesmo
1017 de benefício previdenciário cabe a restituição. Então, assim, como que a
1018 Procuradoria, porque na verdade a Procuradoria que está dando andamento, são
1019 processos judiciais. Naqueles casos em que é a intimação, a revogação da tutela,
1020 nós temos, por obrigação, fazer a cobrança desses valores. Aí a questão é a
1021 seguinte, o INSS está fazendo essa cobrança? Não! Essas cobranças estão sendo
1022 feitas nos processos judiciais. Pode ocorrer, a gente não tem esse registro formal,
1023 de que a Procuradoria encaminha ao INSS para fazer a cobrança administrativa. Só
1024 que isso até um tempo atrás, porque a partir de hoje, inclusive, está sendo expedido
1025 um Memorando-Circular com força de uma decisão, de uma ação civil pública está
1026 tramitando em São Paulo, que o INSS é uma ação de âmbito nacional, a decisão foi
1027 que não cabe ao INSS a cobrança administrativa de tutelas, mas não impede a
1028 cobrança judicial. Isso precisa ser bem entendido para achar, porque sai a imprensa
1029 dizendo: “o INSS não pode cobrar!” O INSS, administrativamente, cobrar a tutela
1030 proferida pelo juiz, mas a Procuradoria tem obrigação de cobrar esse valor que
1031 serão restituídos nos próprios autos. Então, inclusive nós tínhamos uma súmula na
1032 TNU, que é a Turma Nacional de Uniformização, que dizia que não cabia restituição
1033 no GEF de tutela antecipada, mas ela foi revogada. Então, assim, tudo está
1034 caminhando pelas normas legais, o CTC do Código de Processo Civil vigente, a lei
1035 do juizado que não proíbe, e mais as decisões tribunais superiores que cabe a
1036 restituição desses valores. Então, se alguma cobrança estiver ocorrendo é nos

1037 próprios autos decorrente de revogação de uma tutela antecipada. Nós também
1038 temos, naqueles casos onde já tinha sido proferida decisão, a gente tem já
1039 transitada em julgado, a gente tem obrigação de interpor ação rescisória, só que ela
1040 tem um prazo de dois anos. Então a Procuradoria tem que interpor essas ações, e
1041 nessas sim é que vai definir se restitui ou se não restitui. Então, a questão da
1042 desaposentação ela não é uma norma geral, cada caso vai depender do juiz que
1043 está tramitando e da fase do processo onde ele está nesse momento. Acho que é
1044 só.

1045 **Sr. Marcos Barroso de Oliveira (COBAP):** — Eu queria um esclarecimento,
1046 apenas o seguinte: na decisão do STF, houve apreciação da devolução ou não.
1047 Então, isso pode ser ainda reapreciado pelo STF pela devolução ou não, e aí eu
1048 estou fazendo uma pergunta. A outra coisa é o seguinte: já no entendimento do STJ,
1049 existe um entendimento pela devolução, mas um efeito “*ex tunc*”, ou seja, para as
1050 outras pessoas, aí vai atingir aos processos que iniciaram anteriormente a essa
1051 decisão, alguns tem muita dúvida nesse sentido. Então são as perguntas que eu
1052 faço. Não sei se fui claro.

1053 **Sra. Andrea Angerami Gato (SINDNAPI):** — Apenas para informar que essa ação
1054 foi ajuizada pelo Sindicato dos Aposentados, que a Procuradora se referiu, junto
1055 com o Ministério Público Federal. Nós entendemos que não deve haver a devolução
1056 dos valores recebidos por determinação judicial, porque é uma verba de natureza
1057 alimentar, vamos brigar por isso, e é apenas o registro que eu gostaria de fazer.

1058 **Sr. Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT):** — Esse tema desaposentação, nós
1059 passamos aí um período até 2016, outubro de 2016, que teve a decisão do STF, que
1060 era uma corrida, realmente, daqueles trabalhadores que se aposentaram alguns
1061 anos atrás e continuaram contribuindo para a Previdência Social. E era uma
1062 expectativa muito grande, porque ele continuou contribuindo e ele avaliava que
1063 aquela contribuição dele deveria servir para alguma coisa. Aí surgiu essa questão do
1064 tema que alguns trabalhadores, lá no começo, começaram ganhar as ações e
1065 depois essa coisa foi se aumentando e até que chegou aqui, inclusive tivemos
1066 decisão do STJ, foi favorável, e aí que eu entro um pouco nessa questão sobre a

1067 questão de devolução, apesar que foi bem explicado pela Procuradora Márcia, de
1068 como vai se dar, porque, assim, há um certo apavoramento dessas pessoas que
1069 tiveram, a título de liminar, e continuou recebendo e depois cortou com relação a
1070 essa questão da devolução. Então, quer dizer, ele teve um aumento de 30% a 40%
1071 do benefício, voltou a ganhar o valor anterior e ainda correndo esse risco de ter que
1072 fazer a devolução. Mas eu acho que a Previdência, no mesmo sentido, que quando
1073 teve a decisão do STF não acatava administrativamente a questão da
1074 desaposentação, eu acho que deve agir no mesmo sentido. É esperar a decisão
1075 final do STF para a questão se tem ou não tem que, com relação a questão da
1076 devolução. Agora, antes disso, eu acho que a Previdência, antes de a gente ficar
1077 discutindo devolução, já é um tema que tem na consciência dos trabalhadores que
1078 essa possibilidade ele não tem mais de aumentar o benefício dele, é de agilizar
1079 talvez nos Estados, nas Agências, fazer um levantamento, porque eu conheço no
1080 mínimo umas dez pessoas que ainda continuam recebendo. Então antes de discutir
1081 a questão da devolução, vamos ver com relação àqueles que ainda continuam
1082 recebendo apesar da decisão do STF ter sido há quase dois anos atrás. Então, eu
1083 acho que primeiro a Previdência tinha que se preocupar com isso, até para
1084 resguardar esses trabalhadores no sentido do que pode vir depois porque nós já
1085 sabemos que a desaposentação... ele não vai ter esse direito em função da decisão
1086 do STF. É importante que a Previdência se manifeste, realmente, sobre essa
1087 questão de estar... eu acho que o tema hoje aqui da pauta foi bom para a gente, no
1088 sentido de a gente poder estar conversando com esses trabalhadores no seu local
1089 de trabalho. Então, tem vários entendimentos da Justiça, a Procuradora sabe, eu
1090 mesmo fui um que entrei com um processo, porque depois de aposentado eu tenho
1091 20 anos de contribuição para Previdência Social, mas o juiz que julgou a minha ação
1092 deixou sobrestado esperando a decisão do STF, ainda bem. Então, é bom a gente
1093 ter esse conhecimento para poder a gente estar explicando para os companheiros
1094 aposentados nos nossos Estados. É isso.

1095 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Bem, só tem mais uma inscrição, vou
1096 falar para o Dionízio, então, fazer uso da palavra.

1097 **Sr. Dionízio Martins de Macedo Filho (FORÇA SINDICAL):** — Doutora, só
1098 algumas perguntas. Se nós podemos ter acesso à cópia da Portaria e do
1099 Memorando, não sei se tem a relação ou não, mas a cobrança administrativa.
1100 Quantos aposentados envolvidos? Se há possibilidade de acordo nos autos com
1101 esses processos entre segurados e INSS? Bem, eu tive acesso a uma cobrança
1102 publicada pela imprensa, por determinado jornal, uma cobrança administrativa do
1103 INSS, se aquela cobrança que a imprensa publicou ela é verdadeira ou não?
1104 Obrigado.

1105 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Pois não, Márcia, por favor.

1106 **Sra. Márcia Eliza de Souza (INSS):** — A questão da devolução, é o seguinte: essas
1107 questões são regidas pelo Código de Processo Civil. Ele trata, lá no art. nº 1.026,
1108 que os embargos de declaração não têm efeito suspensivo. Então, mesmo que se
1109 interpor os embargos de declaração para discutir a questão da restituição, que seria
1110 modulação dos efeitos, não impede a tramitação dos processos que estão em
1111 andamento em toda a justiça federal e estadual. Então não tem nenhuma
1112 autorização para a gente suspender, na verdade, a gente, como servidor público, a
1113 gente é regido pelo princípio da legalidade, a gente não tem como suspender
1114 processo se não for por determinação judicial, nesse caso é interessante que os
1115 advogados postulem em favor dos seus clientes, dos seus segurados para que haja
1116 suspensão, mas, assim, se não houver uma determinação judicial nesse sentido a
1117 gente não tem como fazer. Isso aí é tudo trabalhado processo por processo, juiz,
1118 advogado, procurador federal. Quanto à questão da devolução da decisão do STJ,
1119 aqui em repercussão geral, na verdade, a legislação sempre determinou restituição
1120 de tutela provisória, ele não criou um direito, ele declarou. Então uma situação
1121 jurídica, isso aí está no CPC desde o antigo Código de Processo Civil de 1973,
1122 começo de 2015, a tutela provisória sempre foi reversiva, então ela é provisória e ela
1123 cabe a devolução. Então, não é o fato da decisão em repercussão geral tenha dito
1124 que cabe a restituição que ela não se aplica, ela sempre se aplicou porque a própria
1125 legislação já trazia essa regra, era só confirmar uma situação que a gente estava
1126 buscando, que foi sedimentada em âmbito da justiça geral. Inclusive não coube, por
1127 ser matéria infraconstitucional, houve interposição de recurso extraordinário, mas

1128 não foi recepcionado pelo Supremo e permaneceu a decisão do STJ. A questão
1129 desses casos que continuam recebendo, do Sr. Gerson, que o senhor colocou, é o
1130 mesmo que eu acabei de falar, como são processos individuais, não é uma ação
1131 coletiva, não é o INSS que tem que tomar determinada providência, o Instituto
1132 aguarda o encaminhamento da Procuradoria. Então, nesses casos que não foi
1133 retornado, provavelmente o processo está tramitando, Procuradoria não foi intimada,
1134 o juiz não aceitou, está sendo recorrido, assim, teríamos que analisar caso concreto
1135 para poder verificar o que aconteceu. Mas a regra é o seguinte: as tutelas, uma vez
1136 proferida a decisão pelo Supremo, as tutelas, os juízes normalmente revogam e o
1137 estado volta [ininteligível], porque tem efeito vinculante para o judiciário, então ele
1138 tem que cumprir. Então, pode ser que em trânsito e julgado, e dependa de a gente
1139 fazer ação rescisória, então não foi feito ainda, enfim, são situações que a gente
1140 teria que avaliar cada caso, mas em tese teria que retornar. Vamos supor que tenha
1141 passado os dois anos, não cabe ação rescisória, nós vamos tratar de outra medida
1142 judicial, mas pode não ser aceita, então vai depender da situação que o processo,
1143 no momento que foi ajuizada a ação e a situação em que o processo se encontra.

1144 **Sr. Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT):** — Mas, não caberia uma
1145 provocação da Procuradoria para com esse juiz?

1146 **Sra. Márcia Eliza de Souza (INSS):** — Isso está sendo feito, a orientação sim, os
1147 Procuradores estão trabalhando nesse processo. E a questão do Sr. Dionízio,
1148 quantos segurados estão envolvidos, eu não tenho esse dado, não trouxe, mesmo
1149 porque essas ações são de longa data, e a PGF há pouco tempo a gente estruturou
1150 os SAPs, que a gente consegue fazer o levantamento da desaposentação. O
1151 sistema antigo que a gente utilizava que era o CICAL, ele não registrava por essa
1152 matéria. Então, nós temos lá ações de revisionais, mas pode ser de toda a ordem.
1153 Então, o específico da desaposentação eu não tenho como trazer, é um número que
1154 eu teria que ir buscar junto à própria Justiça, a todos os tribunais de justiça estaduais
1155 para verificar. [Intervenções fora do microfone]. Ah, sim, o acesso ao memorando,
1156 assim que for publicado não tem problema, a gente pode disponibilizar. E a portaria
1157 da PGF é a Portaria nº 2, é conjunta da PGF e do INSS, eu tenho aqui, a gente pode
1158 disponibilizar.

1159 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Está perfeito, tem problema não, que
1160 a Portaria já foi publicada, a gente distribui para vocês.

1161 **Sra. Márcia Eliza de Souza (INSS):** — E a última pergunta, a questão da
1162 composição. [Intervenções fora do microfone]. Na verdade, no processo judicial até
1163 a questão que se diz da restituição é possível parcelamento, é possível desconto no
1164 próprio benefício, a nossa própria legislação autoriza ter um percentual até 30%,
1165 então isso daí vai depender de caso concreto, não vejo problema nessa questão
1166 não. Não é para devolver de uma vez, não tem previsão para isso.

1167 **Sr. Dionízio Martins de Macedo Filho (FORÇA SINDICAL):** — Até porque eu fiz
1168 esse questionamento porque naquele modelo publicado pela imprensa, que é uma
1169 cobrança direta do INSS, administrativa do INSS, citava os 30%, se esse modelo é
1170 verdadeiro ou não.

1171 **Sra. Márcia Eliza de Souza (INSS):** — Na verdade, é o seguinte, eu não vi nenhum,
1172 o que eu vi circulando não era uma cobrança do INSS, era como eles chamam um
1173 fake, era uma comunicação montada. Mas o INSS ele utiliza o mesmo procedimento
1174 para todo tipo de cobrança, como tem benefício ativo, o art. 115 da nossa lei prevê o
1175 desconto no próprio benefício das parcelas recebidas.

1176 **Sra. Andrea Angerami Gato (SINDNAPI):** — Quem já tem, por exemplo,
1177 comprometido 30% do seu benefício através de empréstimo consignado vai dar um
1178 problema tremendo isso.

1179 **Sr. Benedito Adalberto Brunca (SPREV):** — Primeiro, as devoluções institucionais
1180 que não estão dentro da apuração do montante a ser observado. Por quê? Porque
1181 aí o desconto, nesse caso, vai ter que ser feito de modo completo dentro desses
1182 30%, agora quem tem 30% vai... mas é que há outros critérios. Tem uma
1183 normatização no âmbito do INSS que os 30% às vezes nem é 30% no total, porque
1184 depende de outros fatores, depende do montante, depende da idade, depende de
1185 outros critérios para modulação dessa regulação. Isso já foi regulamentado há vários
1186 anos, então não é taxativo 30% em qualquer situação, em qualquer caso. Depois, se
1187 os conselheiros quiserem, a gente pode recuperar como era essa modulação, como

1188 ela foi regulamentada, porque tinha uma outra ação que também discutia essa
1189 possibilidade do desconto dos 30% totais em absoluto, e aí a gente distribui aos
1190 conselheiros.

1191 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Alguma consideração adicional,
1192 Márcia? Não! Então obrigado, Márcia. Vamos dar prosseguimento ao outro item da
1193 pauta “Regulamentação de convênios celebrados com o INSS”, e aí apresentação é
1194 do Alberto Carlos Freitas Alegre, Coordenação-Geral de Gerenciamento do
1195 Pagamento de Benefícios do INSS. Ah, sim, porque aí o Alberto Alegre está
1196 acompanhado da Sandra Helena e também da Ângela Regina, ambas do INSS
1197 também. Por favor, Alberto.

1198 **Sr. Alberto Carlos Freitas Alegre (INSS):** — Bom dia a todos os senhores a todas
1199 as senhoras! Bom dia Secretário! Nosso Presidente, bom dia! Também Dr. Edison,
1200 Dr. Brunca. Sempre é um prazer para nós estarmos aqui no Conselho podendo
1201 trazer os temas mais variados possíveis daquilo que sempre nos compete. Então
1202 espero que a gente possa esclarecer depois, a gente fica à disposição também.
1203 Bom, fica a cargo da Diretoria de Benefícios do INSS essas questões dos
1204 consignados através da Coordenação-Geral do Gerenciamento do Pagamento de
1205 Benefício, onde pode possuir três divisões: a Divisão de Manutenção dos 34 milhões
1206 de benefícios hoje mantidos pelo INSS; bem como a formalização dos convênios
1207 sindicais e associativos referente ao desconto de mensalidades de aposentados e
1208 pensionistas e, também, com respeito à normatização, o acompanhamento dos
1209 descontos de consignados. Então, são dois temas bastante extensos, complexos,
1210 que a gente vai tentar resumidamente, aqui, se abordar esses dois aspectos que
1211 hoje nossa equipe foi chamada, agradeço a Sandra e a Ângela que são as duas
1212 chefes das duas respectivas divisões. Bom, a regulamentação dos convênios, nós
1213 vamos começar pelos convênios que foi a primeira pauta. Então, a regulamentação
1214 dos convênios eles são celebrados pelo INSS, regulamentados pelo art. 115 da Lei
1215 nº 8.213, então o art. 115 que regulamenta. Podem ser descontados os benefícios,
1216 parágrafo V: “mensalidades de associações e demais entidades de aposentados,
1217 legalmente reconhecidos, desde que autorizados pelos seus filiados”. Então
1218 significa, muitas vezes, que o próprio associado dê essa permissão, aí há outros

1219 meios de desconto que é um entendimento entre o associado e o sindicato ou
1220 associação. Então, os objetivos desses acordos de cooperação técnica são:
1221 operacionalizar o recolhimento de contribuição associativa, prevista na lei de
1222 associações e demais entidades e aposentados legalmente reconhecidos. Os
1223 acordos de cooperação técnica: atualmente nós do INSS temos 18 acordos
1224 assinados com as entidades, com sindicatos e associação. A formalização dos
1225 novos convênios está condicionada a entidades que possuam abrangência nacional,
1226 somente de abrangência nacional. Aproximadamente, hoje, nós temos 2,75 milhões
1227 de benefícios com desconto, com repasse, isso significa em torno de 57,5 milhões
1228 de reais que são repassados para essas 18 entidades. O nosso Acordo, nós
1229 também temos que ter o controle periódico desses quase 13 milhões de benefícios
1230 que atualmente encontram-se com descontos de mensalidade. Nas nossas reuniões
1231 com as entidades, nas nossas visitas e quando a gente formaliza esses convênios, a
1232 gente faz algumas recomendações importantes, são várias as recomendações, mas
1233 nós aqui elencamos algumas apenas para trazer a vocês. Então, primeiro a gente
1234 diz que para esse Acordo tem que ser amplamente divulgado com os seus
1235 funcionários, com os seus colaboradores, o que significa esse convênio. Também
1236 falamos do formulário de autorização que deve ser específico para o fim do
1237 desconto. Ele não pode estar junto com a filiação, ele tem que ser um formulário
1238 específico onde o segurado, para nós o associado, para quem está se associando,
1239 autorize esse desconto em folha. Ele não pode ser o mesmo formulário para que na
1240 hora que a gente faça as averiguações necessárias fique bem explícito aquilo que se
1241 busca. Também a gente pede, isso agora é algo que a gente também está revendo,
1242 mas uma das solicitações é que esse arquivo fique na própria sede do sindicato, da
1243 associação, para que facilite a nossa averiguação quando necessário.
1244 Recomendamos, também, a eles que a organização dos arquivos seja de forma que
1245 a gente possa ter acesso rápido e eficaz na hora que se faz a avaliação ou na hora
1246 que a gente peça, normalmente quando a gente recebe, que a gente tenha acesso
1247 bastante rápido a ele. O encaminhamento de arquivo à DATAPREV com solicitação
1248 de inclusão de novos descontos somente quando estiver de posse dos formulários e
1249 autorizado. Esse é algo que nós sempre fazemos esse alerta, somente encaminhar
1250 à DATAPREV depois de ter tudo especificamente, aqui nós temos alguns

1251 representantes de entidades que estão bem habituados com essa nossa exigência
1252 com relação a essa questão. Mais uma vez a gente fala que orientar os funcionários,
1253 sindicatos e filiados para a obrigatoriedade das autorizações sejam assinados pelos
1254 titulares, e se o titular não assina é importante que, ao ser reconhecido de forma
1255 pela digital, tenham duas testemunhas devidamente identificadas também pelo seu
1256 registro geral, com cópias destas testemunhas no arrolamento da ficha. Amigos, aqui está
1257 o rol das 18 instituições, hoje, com a data da vigência dos seus Acordos de
1258 Cooperação Técnicas conosco, todos eles aqui são 18, aqui estão os nomes de
1259 todos eles, dos quais hoje nós temos esse relacionamento através dos Acordos.
1260 Essa parte, então, nós falamos rapidamente. Pois não.

1261 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Deixa eu verificar, porque como você
1262 mesmo, Alberto, é quem vai fazer as duas apresentações eu vou sugerir que você
1263 faça as duas. Pode fazer as duas apresentações que o debate concomitante das
1264 duas depois. Tudo bem para vocês? Ok. Então, por favor, pode fazer todas as duas
1265 apresentações.

1266 **Sr. Alberto Carlos Freitas Alegre (INSS):** — Perfeito! Bom, só antes de passar
1267 para essa questão, a gente sabe, amigos, que a questão dos convênios,
1268 ultimamente, também tem sido alvo de muitas reportagens e isso tem trazido, para
1269 nós, bastante demanda com relação à forma com que o INSS se relaciona. Tudo
1270 isso é público! E a gente tem procurado, na medida do possível, fazer algumas
1271 reuniões, e a gente tem aí adiante algumas outras novas ações onde o próprio
1272 Presidente, que aqui presente está, tem feito conosco bastantes ações e conversa
1273 para que a gente melhore esse relacionamento e a eficácia desse serviço. Bom, com
1274 relação à Resolução nº 656, de 4 de setembro de 2018, referente ao bloqueio da
1275 margem do consignado por até 180 dias prorrogáveis por mais 180 dias. Para que a
1276 gente possa ter um pouquinho do cronograma de como isso aconteceu, porque da
1277 motivação da atual Resolução, embora nós já tivéssemos muita preocupação, já
1278 tivéssemos encaminhado à Procuradoria algumas sugestões através da alteração da
1279 IN ou da própria Resolução, da IN nº 28 que cuida dos empréstimos consignados,
1280 por causa de algumas práticas que estavam ocorrendo nos Estados, especialmente
1281 no Rio Grande do Sul, Pará e São Paulo, os três principais que a gente vai, agora,

1282 dissertar no decorrer. Então a ACP do Pará de número ali destacado prevê a
1283 suspensão dos descontos relativos a um empréstimo consignado, quando os
1284 aposentados e pensionistas alegam não reconhecimento do contrato. Em
1285 cumprimento a essa ação que já vinha ao encontro da nossa ideia de fazer esse
1286 bloqueio de margem, regulamentado pelo Memorando-Circular, as Agências da
1287 Previdência Social, por solicitação dos beneficiários, excluía imediatamente o
1288 empréstimo e a margem era liberada permitindo a contratação de novo empréstimo.
1289 Após as medidas tomadas, houve crescente número de exclusões de empréstimo e
1290 contratação de novos. Ao final da apuração, quando comprovada a autenticidade do
1291 contrato, não era possível a sua reativação devido à ocupação da margem
1292 consignável por novos empréstimos. Amigos, eu vou, aqui, tirar um pouquinho da
1293 leitura, e como a gente tem um pouquinho de experiência, uma breve explicação.
1294 Antes, a margem era bloqueada por 60 dias, era comum a presença do segurado
1295 nas Agências da Previdência ou de representantes legais, e essa prática aumentou
1296 no Rio Grande do Sul, posteriormente Belém do Pará, Pará inteiro e São Paulo, e
1297 hoje já em Santa Catarina e também no Paraná, foi uma crescente. Nós ficamos
1298 extremamente preocupados quando chegou a 20.000 casos de Ouvidoria, não
1299 sendo possível, humanamente possível, para o INSS se posicionar, ler todas essas
1300 Ouvidorias em 60 dias como era. E essa prática estava gerando o quê? Uma prática
1301 ilegal. O segurado se dirigia ao INSS e dizia, ou através do representante legal,
1302 aliás, a maioria até por representante legal, e diziam: “eu não fiz este empréstimo!”
1303 Então, em 60 dias isso deveria ser feito, através da Ouvidoria, vai para o banco e o
1304 banco manda para o INSS a ficha, a assinatura, todos os processos legais de
1305 contrato entre para nós segurado, mas o cliente do banco dizendo se fez ou não fez.
1306 Como essa margem ficava apenas retida por 60 dias e após os 60 dias ela
1307 automaticamente mantém-se, o bloqueio daquele empréstimo que estava, mas se
1308 libera a margem, o que acontecia? Ele faz um novo. Entra no primeiro dia por quê?
1309 Porque quem já foi no INSS e fez o bloqueio, já tem tudo assinadinho, prontinho, o
1310 novo empréstimo. E essa prática estava levando ao quê? Aí já fica com novo. Essa
1311 prática estava levando que, quando o banco conseguia fazer a comprovação da
1312 legalidade daquele contrato, já não tinha mais margem para retomar os descontos.
1313 O aposentado, o pensionista que, na sua maioria é idoso, ele foi ludibriado na

1314 seguinte questão: “nós vamos conseguir tirar aquele, porque aquele está todo
1315 errado”, é isso o tipo de venda, “e desta forma você vai ter um novo, desse novo a
1316 gente fica com 30%, 40%, seja o que for”. Só que não sabe ele que aquilo vai gerar
1317 um SPC, a dívida não se extingue, ela se extingue desconto porque não há mais
1318 margem, mas não se extingue a dívida, e ele vai ter um problema futuro com essa
1319 questão. Na medida em que esta resolução traz novamente o bloqueio de margem
1320 por 180 prorrogáveis por mais 180, se conseguiu dismantelar essa prática até que o
1321 banco possa fazer a comprovação. Bom, o banco fez a comprovação de que é legal,
1322 retoma-se o desconto normalmente, segue e não há o prejuízo, também, tanto da
1323 instituição financeira quanto do próprio segurado que teria duas dívidas e não mais
1324 uma. Isso, ainda, precisa de alguns ajustes na IN nº 28, ainda que está sendo
1325 estudada e trabalhada para vir a corroborar melhor. Se os colegas tiverem alguma
1326 consideração a mais a fazer. É importante a gente ressaltar que, então, essa
1327 questão da margem bloqueada é por força de ação executória, nós tínhamos mesmo
1328 que colocá-la em prática, e que, na minha opinião de técnico, ela veio a proteger o
1329 segurado. [Intervenções fora do microfone]. É da Ação Civil Pública do Pará, ela dá
1330 apenas continuidade. Tudo que eu havia falado está escrito nesses próximos slides
1331 que a gente colocou, e eu quero dizer, assim, para os senhores e para senhoras,
1332 que nós estamos tentando melhorar a nossa condição de acompanhamento, mesmo
1333 com a diminuição de servidores, que hoje é um fato que aterroriza o INSS muito, na
1334 nossa força de trabalho, para poder ser mais efetivo nessas questões. O gabinete da
1335 Presidência tem dado um apoio bastante grande e um olhar muito diferente, muito
1336 expressivo, com relação a isso. Seguidamente a gente está sendo convocado para
1337 tentar buscar alternativas, a gente retoma agora em 1º de outubro o grupo de
1338 trabalho que vai dar continuidade à melhoria dessas questões legais para que a
1339 gente possa, junto à FEBRABAN, a ABBC e associações e sindicatos, a melhoria
1340 desse entendimento para que seja, também, mais claro e a população não tenha
1341 tanta dificuldade, às vezes, de entender essas questões. Meu presidente Dr. Edison
1342 quiser fazer alguma consideração que o senhor acha que eu não tenha. Está bem! À
1343 disposição.

1344 **Sra. Andrea Angerami Gato (SINDNAPI):** — Bom, essa pauta foi até um pedido
1345 nosso, das entidades de aposentados, e eu gostaria de pedir autorização para ser
1346 substituída pelo meu Presidente aqui nos meus comentários, pode ser?

1347 **Sr. Marcos José Bulgarelli (SINDNAPI):** — Bom dia todas as conselheiras, todos
1348 os conselheiros, nosso presidente Dr. Edison, Dr. Marcelo, Dr. Brunca, ao
1349 companheiro Alegre, a Sandra, a Márcia. Realmente essa preocupação nossa, das
1350 entidades, sobre esse assunto, por isso que a gente pediu até a participação nessa
1351 reunião, do encontro nosso, das entidades. A preocupação da imagem das
1352 entidades sérias, que defendem realmente os interesses dos aposentados, a gente,
1353 de um certo tempo, vem contra algumas associações fantasmas, algumas
1354 associações que se postam como defensoras dos direitos dos aposentados e
1355 começam a ficar enviando cartinha para a casa, para residência dos aposentados,
1356 dizendo que tem tanto para receber, tanto isso e aquilo, e são às vezes alguns
1357 escritórios de advogados que não representam bem, mas que tem algum trabalho ali
1358 e se cria uma forma de pagar alguma mensalidade, de qualquer uma maneira tirar o
1359 dinheiro do aposentado. Então, a gente vem denunciando esse tipo de coisa há
1360 muito tempo, a gente vai para televisão, denuncia no Ministério Público, tenta
1361 confrontar. E agora, de um tempo para cá, a gente tem tido um problema
1362 semelhante a esse com as próprias entidades que tem concessão do próprio INSS
1363 de ter o desconto consignado em benefício. Não são raras, inclusive processos,
1364 intimações no Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical sobre algumas
1365 entidades. Eu vou citar um nome aqui porque é claro e acho que é de conhecimento
1366 de todos, por exemplo, é a CENTRAPE, a outra primeira lá é a ANAPPS, e têm mais
1367 algumas outras, inclusive que o processo vem para o nosso sindicato. Então,
1368 quando a gente pega a intimação lá está no nome do outro e depois que já recebeu
1369 nós somos obrigados a ir. Um caso, por exemplo, a 50 km da cidade de Picos, lá no
1370 Maranhão, aconteceu um caso desses que a gente teve que arrumar um advogado
1371 lá para ir representar o nosso sindicato para se defender de uma coisa que não era
1372 contra a gente. Então, o que a gente, nessa reunião, e lá estava nosso Sindicato dos
1373 Aposentados da Força, estava a Confederação dos Trabalhadores Aposentados, a
1374 COBAP, a UGT, o Natal estava e também não estava presente, mas eu acho que a

1375 Dra. Andrea conversou com o Gerson e a CUT também tem esse problema. Então,
1376 a gente quer rever, ou pelo menos fazer a discussão, esses critérios para ter esses
1377 descontos. Eu vi ali que, em determinado momento, fala que os novos têm que ser
1378 nacionais, mas tem ali, eu não sei se os antigos, então, quem já está não mexe
1379 mais. Eu vi ali que tem Paraíba, algum lugar que é só da Paraíba ou do Rio. Mas
1380 mesmo esses critérios que seja nacional qual o tipo de representação que tem que
1381 ter? Eu colocar Associação Nacional de Aposentados o nome e levar lá, ou se tem
1382 algum outro critério que exige, se tem que ter uma certa representação, se tem que
1383 estar em tantos estados com tantos filiados. Já levar alguma coisa de início, mas
1384 você tem que ter, pelo menos, um número X, falando aleatoriamente tem que ter
1385 1.000, 5.000, 10.000 quantos associados você têm que ter para iniciar. Porque a
1386 gente está vendo que a imagem, além de a gente lutar contra aquelas que de
1387 alguma maneira, eram fantasmas agora a gente está tendo esse problema também.
1388 Então as entidades sérias que tem esse trabalho todo de, realmente, levar os
1389 direitos, as reivindicações dos aposentados, reivindicação política, reivindicação ali
1390 do seu dia a dia, melhora de vida para o aposentado, a gente está caindo nesse
1391 lugar comum de que é tudo farinha do mesmo saco. Porque a gente vai para ver na
1392 televisão, até pouco tempo atrás ainda passou uma reportagem grande sobre uma
1393 dessas entidades mesmo, e quando cai lá as entidades que defendem aposentados.
1394 Então, nesse lugar comum a gente está envolvido também, e só nós que temos
1395 trabalho, aí a gente sabe o quanto é difícil. Então, eu acho que não precisa se
1396 alongar muito porque é um fato conhecido já. Então a nossa proposta é vir para cá,
1397 nem trazer nada pronto, mas que se discuta. Acho que aqui nesse Conselho aqui é
1398 um fórum para se discutir isso e determinar alguns critérios que realmente dê uma
1399 filtrada nas entidades que tenha esse desconto. Para que não possa acontecer, a
1400 reclamação é muita, eles vão reclamar no nosso sindicato que estão pagando para
1401 outro e não são pouco, parece que é 2%, o cara recebe R\$ 3.000,00 é R\$60,
1402 R\$70,00 tem desconto de R\$ 80,00, o cara vai lá “Eu não assinei nada”, assinou
1403 sim, aí vai ver o que você fez lá, ele pegou um empréstimo lá e no meio daquele
1404 empréstimo ele assinou a filiação ao tal do sindicato ou associação. Então, esse é o
1405 pedido nosso, e eu acho que o Warley também tem alguma coisa para falar, e sobre
1406 o segundo ponto da apresentação Alegre sobre a lei de 180 dias por mais 180, eu

1407 não tinha esses números, você trouxe o número até espantoso de pessoas que
1408 recorrem dizendo da fraude. Mas o que a gente vê pelo lado do aposentado que é o
1409 seguinte: aquele que realmente foi ludibriado, ele está sendo punido duas vezes,
1410 uma que está tirando do salário dele alguma coisa do salário dele que ele não se
1411 comprometeu a fazer e outra que se ele vier realmente a precisar ele não tem como
1412 tirar. Então, você passar até um ano sem ter a margem e sem ter tido problema para
1413 isso... Então, eu vejo uma maneira que tem que se ter, sei lá, uma triagem, um filtro,
1414 alguma coisa... Você não deve, aquele que realmente teve o seu benefício fraudado,
1415 ele levar um ano para ele poder ter a margem de novo. Então, acho que a gente tem
1416 que reestudar isso aí e dar um andamento, porque a preocupação sua é justificável,
1417 mas esse tempo aí parece que assusta muito. Acho que era isso.

1418 **Sr. Marcos Barroso de Oliveira (COBAP):** — Presidente Marcelo, apenas por uma
1419 questão de ordem, é porque eu acho que na hora que a Andrea se inscreveu eu pedi
1420 e eu acho você não percebeu, e se ninguém se opor eu acho que as falas se
1421 complementam do presidente Warley, se puder inverter eu também cederia a fala
1422 aqui para o presidente Warley.

1423 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Tudo bem, Simone? Está bom!

1424 **Sr. Warley Martins Gonçalves (Presidente COBAP):** — Bom dia a todos, bom dia à
1425 mesa! Bom, o Marcão falou que é isso que está preocupando o movimento dos
1426 aposentados no Brasil. Vêm entidades, eles tocam o estatuto deles, diz que se torna
1427 a nacional e não é nacional. É uma entidade que veio para tirar alguma coisa do
1428 aposentado. Tem uma tal de RIAAM que o INSS liberou agora que ela é lá da
1429 Espanha, veio para o nosso País, agora vai arrecadar o dinheiro dos nossos
1430 aposentados e levar embora. Não é justo uma coisa dessa! A entidade que
1431 representa o aposentado ela tem que ter congresso, ela tem que ter movimento com
1432 aposentado. Hoje a COBAP ela tem 650 associações, 650 municípios que
1433 representam o aposentado. O aposentado da COBAP que fica sócio, ele fica sócio lá
1434 na entidade. Ele vai lá porque a entidade oferece as coisas e fica sócio, mas tem
1435 conhecimento, ele também sabe onde é entidade dele. Como hoje nós temos um
1436 Sindicato Nacional da CUT, Sindicato Nacional da Força, que é sindicato que

1437 representa o aposentado. Nós não somos contra que tenha desconto em folha, mas
1438 tem que ter um critério, porque se não vai virar uma bagunça, vai virar uma bagunça.
1439 Já pensou 650 associações nossa pedir o pedido para o INSS para ficar, também ter
1440 o desconto em folha, mais os sindicatos nacionais que tem a nível nacional, como é
1441 que vai ficar o INSS? Aí, o que acontece? Estão abrindo essa porta, aí eles vão
1442 entrar na justiça, vocês vão ser obrigados a fazer o desconto para eles também.
1443 Então, eu acho que devia ter um critério, ter um critério para todas as entidades. Se
1444 a entidade é mesmo representante do aposentado, tem congresso, defende o
1445 aposentado, tem tudo, tudo bem. Agora, tem entidade aí que o próprio Marcão citou
1446 que faz o desconto em folha como? Vai fazer o crédito consignado, faz um
1447 empréstimo do crédito consignado, eles colocam a folha do desconto lá no crédito
1448 consignado, o aposentado não fica nem sabendo, e aí desconta 5%, não é dois não,
1449 Marcão, é 5% da folha de pagamento dele sem ele saber. Aí o que acontece? Passa
1450 dois, três meses aí ele vê que a arrecadação dele caiu, ele vai procurar saber quem
1451 é, aí vem aquele lá, aí fica sabendo que é aquele desconto que está tendo dele de
1452 5% na folha de pagamento. Então, eu acho que tinha que fazer um critério, acho que
1453 o Conselho deveria arrumar um critério para fazer esse desconto em folha. Não que
1454 a gente é contra, eu volto a repetir, a gente é a favor, desde que seja uma entidade
1455 que representa o aposentado. A COBAP defende o INSS de tudo. Nós mantemos,
1456 nós queremos o nosso INSS, inclusive a bandeira nossa, nós queremos o nosso
1457 Ministério de volta. Nós não vamos ficar quieto enquanto não tiver o nosso
1458 Ministério. Não é possível os nossos funcionários da nossa Previdência também não
1459 reivindicar, porque eles estão jogados em “*piquetinhos*” por aí. E não é possível,
1460 conselheiro, a segunda maior arrecadação do País não ter um Ministério, não é
1461 possível uma coisa dessa. Nós temos que brigar, nós temos que ter o nosso
1462 Ministério de volta, o Ministério tem que ser nosso! A Previdência tem que ser
1463 administrada por nós, pelo nosso Ministério! Nós não podemos deixar isso acontecer
1464 o que está acontecendo no nosso Ministério aí virar um “*piquetinho*” para lá e para
1465 cá aí. E agora vocês viram que a nossa própria Previdência deu lá para a Fazenda
1466 uns imóveis nossos para pagar dívida nossa. E eles, não devem para nós? Não é?
1467 Será? Então, eu estou aqui, não é essa a pauta, a pauta é, mas eu faço um apelo
1468 para o nosso conselheiro, vamos brigar junto com a COBAP para nós pegarmos o

1469 nosso Ministério de volta, viu Secretário? Você não deveria ser Secretário você
1470 deveria ser o Ministro da nossa Previdência. Nós precisamos, não é verdade? Nós
1471 temos que defender. Muito obrigado e vamos ver se a gente cria uma coisa que não
1472 vira essa bagunça toda aí que está virando no desconto em folha. Obrigado!

1473 **Sra. Simone Hauch Moreira (DATAPREV):** — Ainda dentro do tema do empréstimo
1474 consignado, Alegre, falando um pouco assim desta situação do assédio do
1475 empréstimo logo na concessão do benefício, não especificamente sobre essa
1476 questão do prazo. Uma ideia que os técnicos lá da DATAPREV estavam
1477 conversando, a possibilidade de o benefício já nascer bloqueado, e aí, depois, o
1478 beneficiário interessado no empréstimo fosse lá autorizar, isso talvez ajudasse a
1479 diminuir um pouco esse assédio que eles recebem logo no início, até antes de
1480 receber o valor, eles já são assediados para entrar no empréstimo consignado. É só
1481 uma sugestão lá da empresa.

1482 **Sr. Alberto Carlos Freitas Alegre (INSS):** — A questão dos 180 dias que pode
1483 ficar, pode demorar ele pode precisar e duplamente inserir. No início da minha fala,
1484 eu falei que nós tínhamos em torno de 20.000 casos de Ouvidoria. Graças à ação de
1485 um grupo de trabalho nós conseguimos reduzir isso para em torno de 2.000 hoje,
1486 não é Ângela? Então não leva nem 60 dias hoje, hoje não está levando nem 60 dias.
1487 E por quê? Porque com essa ação do bloqueio eles perderam, parou, então nós
1488 caímos assim, a Ouvidoria diminuiu 90% de Ouvidoria porque nós tiramos a ação
1489 deles. Então, hoje não leva nem 60 dias. Então, se o banco comprova segue aquele
1490 desconto, porque realmente era o assédio de escritórios e, infelizmente, de
1491 escritórios advocacia. A providência que a gente pode tomar, o INSS não tem poder
1492 de polícia, mas nós temos o poder de fazer esses dossiês e encaminhar para quem
1493 de direito faça isso. Hoje não leva não leva isso, mas precisamos sim, como eu
1494 havia dito, através da IN nº 28, a gente fazer outros mecanismos que venha a
1495 agregar e ter agilidade, ter a tranquilidade. É sobre isso. O critério para fazer os
1496 Acordos também, a partir de 1º de outubro, nós retomamos o grupo de trabalho lá na
1497 Coordenação-Geral onde a gente vai ter que reestudar, a própria Presidência está
1498 pedindo para nós cautela. Então todos os novos que estão entrando hoje estão
1499 sobrestado e vão ficar sobrestado ainda para a gente poder analisar de outra forma,

1500 porque é sim uma necessidade urgente de que sejam reavaliados todos os critérios.
1501 Para isso, o grupo de trabalho técnico muito competente, é assim que a gente está
1502 sobrevivendo hoje. Então a gente vai lá à Gerência-Executiva e convoca servidores
1503 intelectualmente capacitados inseridos nesta questão para tentar melhorar esse
1504 fluxo que hoje é urgente, hoje é importantíssimo esse tema. Quanto ao assédio das
1505 financeiras é como a gente disse, infelizmente a gente hoje, o nosso País ele é
1506 capitalista, ele vive, eu recebo várias ligações diárias de TIM, Vivo, todos os tipos de
1507 telefônica oferecendo serviços, de TVs a cabo e também de seguradoras pedindo
1508 empréstimos. É muito importante, também, esclarecer aqui porque naquela
1509 reportagem cita uma seguradora e um extrato, aquele extrato não existe, não é do
1510 INSS. Aquele extrato é qualquer outra coisa, mas não do INSS. Até porque aquela
1511 instituição que foi citada lá de seguradora ela não tem convênio com o INSS, ela não
1512 tem rubrica na DATAPREV de desconto. O que querem com aquele extrato eu não
1513 sei. Aliás, ontem teve uma instituição no INSS lá CONTAG que me levou oito
1514 extratos que não existem. Quando a gente entra no nosso extrato não existe
1515 desconto dele, quer dizer, é um outro golpe que está nascendo que a gente nem
1516 sabe o que querem atingir. Nós não sabemos aonde eles querem chegar ainda, mas
1517 não tem desconto. O segurado não está sendo lesado, não está saindo, mas o que
1518 eles querem? Aí a gente viu que tinha uma série de ações na justiça por danos
1519 morais contra instituição com aqueles extratos comprovando que tem um desconto
1520 sem autorização, mas se o juiz oficial o INSS vai ver que aquele desconto não
1521 existe, que aquele extrato é falsificado. Então, assim, é isso que a gente precisa
1522 esclarecer, eu trouxe para vocês o rol de instituições que hoje tem. Elas vão ter que
1523 ser revistas, talvez, os critérios com certeza. Nós, técnicos do INSS, estamos nos
1524 sentindo bastante motivados a essa questão, até porque as coisas evoluem. Lá no
1525 passado essa legislação foi importante? Foi! Agora elas precisam evoluir porque
1526 tiveram outras situações. É assim que vai. Os colegas querem fazer alguma?

1527 **Sr. Edison Antonio Costa Britto Garcia (INSS):** — Só um minutinho, se me
1528 permitir, Secretário, parece que o Secretário tem que sair 12h30. Seria possível tem
1529 mais uns dois ou três inscritos para a gente dar sequência, porque eu também quero
1530 me pronunciar sobre a matéria ao final, se a gente poderia ouvir os demais

1531 questionamentos a gente faz uma abordagem geral porque eu também quero
1532 contextualizar esse ponto, por favor.

1533 **Sr. Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT):** — Bom, esse tema, como foi
1534 abordado pelos companheiros aqui da COBAP, da SINDNAPI Nacional, é de suma
1535 importância a gente estar discutindo. Foi citado aqui, por exemplo, o caso da
1536 ANAPPS. Olha só, Rio Grande do Sul, aqui fala na (Organização de Serviço Social
1537 Porto Alegre). Lá no Espírito Santo, Rio Grande do Sul, extremo Sul do País, eu
1538 moro no Espírito Santo, fizemos um associado, mandamos uma ficha e não pôde
1539 descontar porque ele já contribuía para a ANAPPS. Eu não estou falando de um
1540 associado sem esclarecimento não, estou falando de um contador. Aí eu falei: “Mas
1541 você não assinou uma ficha lá de sócio?” Ele “não, nunca assinei isso!” E várias
1542 pessoas que a gente atendeu estão tendo esse desconto. E aí eu pego a
1543 oportunidade da colega conselheira ali, que ela fala do assédio, esse assédio se dá,
1544 a aposentadoria sai hoje, nós fazemos, nosso Sindicato de Aposentado, nós
1545 atendemos e nós fazemos aposentadoria com orientação. Sai aposentadoria, nós
1546 nem sabemos ainda, porque nós não temos tempo de ver todo dia, mas ele
1547 aposentado já está sabendo que ele recebeu uma ligação de uma financeira no
1548 mesmo dia que foi implantado o benefício dele. Então, essas informações, nós já
1549 discutimos isso aqui, parte de dentro da Previdência Social, lá do INSS, e aí eu
1550 tenho certeza que se for fazer como já foi feito lá no Sindicato da CUT uma auditoria
1551 para ver se tinha todas aquelas suas fichas de filiação e se tinha alguma que a
1552 autorização da mesma relação que tem a Previdência, se tinha alguém lá que não
1553 tinha aquele foi desfilado na hora. Eu tenho certeza que se for fazer a mesma coisa
1554 em muitas dessas associações que se dizem nacional, eles não vão conseguir
1555 comprovar, porque simplesmente pega os dados dessas pessoas e, às vezes, nem
1556 é no crediário não, pega os dados e manda para a Previdência e começa a
1557 descontar, muito mais grave. Então, eu a princípio, como já foi colocado pelo Alberto
1558 ali, tem um grupo de trabalho, eu quero colocar como proposta de que também se
1559 estenda esse grupo de trabalho a essas entidades nossas para nós debatermos
1560 todas essas associações, sindicatos que efetuam o desconto. Eu digo SINTAPI, por
1561 exemplo, tem alguns estados, eu vou citar um aqui, mas tem vários, Pernambuco, se

1562 vocês puxarem aqui nós não representatividade lá, se puxarem vocês não vão
1563 encontrar um sócio lá no Estado de Pernambuco, porque os nossos sócios, vocês
1564 não imaginam o dia que é dentro do nosso Sindicato que a gente consegue, um
1565 atendimento, uma revisão, uma orientação desses aposentados, pegar uma
1566 assinatura dele numa ficha para encaminhar, você não imaginam a alegria que a
1567 gente fica, porque é um serviço sério, e a pessoa associou por reconhecimento a um
1568 trabalho efetuado. Então a gente tem que... esse caso que eu citei do contador, ele
1569 teve que ir lá no PROCON para poder parar o desconto dele, porque ele não sabia
1570 nem o que é esse negócio de ANAPPS, porque não tem representatividade lá no
1571 nosso Estado, não tem nada, não tem nenhum escritório. Foi oportuno o jornal dos
1572 companheiros aqui, se vocês observarem que todos nós recebemos, está aqui, a
1573 representatividade deles nos 27 estados, 26 e mais o Distrito Federal, a
1574 representatividade deles, e eu tive até a curiosidade de pegar aqui o Estado de São
1575 Paulo tem mais 32 municípios que eles estão lá representando esses aposentados.
1576 E eu tenho certeza também que essas filiações deles se dão através desses
1577 municípios ou através do Sindicato Nacional, foi citado pelo Warley a questão da
1578 confederação. Antes de eu entrar no movimento sindical já conhecia o trabalho da
1579 Confederação, entendeu? Da COBAP. A quantidade de municípios, que é onde eles
1580 estão representando associações, mas ele iria à associação, encaminha para
1581 COBAP, que através dela que vai vir esse desconto, não é ela que vai vir aqui fazer
1582 esse desconto diretamente. Então, essa questão, o que nos atinge mais, é a
1583 questão da seriedade, porque como foi colocado pelo companheiro, nós somos
1584 jogados na mesma vala comum de outro que não presta nenhum tipo de trabalho.
1585 Então, vai como proposta que se estenda também um grupo de trabalho e, se for o
1586 caso, já que assinaram o Acordo, pode chamar o representante de cada uma dessas
1587 que estão aqui, que aí nós vamos ouvir na nossa frente aqui aonde é que eles estão
1588 no País? O que é que ele representa? O que eles fazem para esses aposentados? É
1589 tão difícil associar um aposentado que nós, lá no Espírito Santo é o Estado que eu
1590 sou, a gente até inovou, nós estamos fazendo atendimento previdenciário,
1591 orientação, até ajudando a própria Previdência orientando o que precisa de
1592 documentos para poder viabilizar uma aposentadoria dele. Que depois que sai essa
1593 aposentadoria com essa orientação previdenciária que a gente dá, dificilmente esse

1594 trabalhador se nega a ficar sócio dessa entidade, mas é todo um trabalho preliminar
1595 até ele se tornar um associado. É isso.

1596 **Sr. Warley Martins Gonçalves (Presidente COBAP):** — Só queria fazer uma
1597 pergunta só, só um minuto. Eu queria saber como é que ficou o 5% que estava
1598 parado, que nós pedimos para o Alegre, para ver se ele passava isso para nossas
1599 entidades, entendeu? Eu não sei se é o presidente ou é ele que pode responder
1600 alguma coisa para a gente sobre isso daí.

1601 **Sr. Fernando Dantas (CTB):** — Na verdade, eu só queria complementar algumas
1602 falas com relação ao assédio que foi colocado aqui. A gente, lá no Sindicato da
1603 Federação dos Bancários, a gente, cotidianamente, a gente atende bancários
1604 aposentados que deram entrada na aposentadoria e mal sabem quando é que vai
1605 ficar liberada, que estará implantada a aposentadoria e já começam a receber
1606 telefonemas, e o que é pior, eles já sabem o valor que pode ser consignado. Eu
1607 acho que o que é mais grave, eles já sabem, ou seja, eles já têm o valor que pode
1608 ser disponibilizado ao segurado, ou seja, essas informações chegam a eles sabe-se
1609 lá como. Então, eu acho que carece, viu Alberto, não sei se tem a ver com a sua
1610 secretaria ou pasta, mas um estudo melhor para ver como é que isso está
1611 acontecendo e por que está acontecendo.

1612 **Sr. Dionízio Martins de Macedo Filho (FORÇA SINDICAL):** — Alberto só uma
1613 pergunta breve. Pode até parecer óbvio, você desculpa se eu estiver equivocado. É
1614 que no parecer de força executória cita a suspensão do desconto consignado e,
1615 consequentemente, o bloqueio da margem. Aí na última folha, quando trata da
1616 Resolução nº 656, cita apenas o bloqueio da margem, continuam os dois descontos
1617 da margem ou só dá margem? Só da margem. Ok. Obrigado!

1618 **Sr. Quintino Marques Severo (CUT):** — Boa tarde aos conselheiros e conselheiras,
1619 a todos e todas! Aqui é uma preocupação que já circulou aqui, que é o problema das
1620 financeiras dos bancos, o assédio que vem sobre as pessoas que estão se
1621 aposentando e que chega a primeira informação via financeira antes de chegar pela
1622 Previdência. Eu não sei como a gente pode fazer dentro do controle interno do

1623 INSS, enfim, eu não sei, nós vamos ter que encontrar uma forma de buscar pelo
1624 menos reduzir essa situação bastante grave. Aí não sei se é auditoria, se é
1625 controladoria, não sei. Mas aí também tem a ver internamente como é que faz.
1626 Agora uma preocupação aqui, Alberto, que eu queria destacar que também já
1627 circulou aqui, que é o problema aí dos 180 dias, porque, infelizmente, os bons
1628 pagam pelos maus. Então, com certeza, com esse tempo todo de impossibilidade de
1629 acessar, eu acredito que vai ter muita gente que vai ser prejudicado em função de
1630 um período muito grande de bloqueio. Eu só quero destacar se é possível a gente
1631 avaliar uma alteração nesse período. E terceiro e último, quero também me associar
1632 a algumas falas aqui que é em relação à construção da Resolução, amparado pela
1633 Lei nº 8.213, que a gente pudesse, que o conselho ou conselheiros, nosso aqui da
1634 bancada, pudéssemos participar desse grupo de trabalho, inclusive para subsidiar
1635 com outros critérios, por exemplo, porque eu acho que esse critério de ser entidade
1636 nacional é um bom critério, mas para nós das centrais sindicais somos reconhecidas
1637 com critérios, para nós tem que ter tantos mil filiados em tantos estados, tem que ter
1638 critérios para ser reconhecido enquanto central sindical. Então, gostaria que a gente
1639 pudesse, talvez, incorporar pessoas aqui do conselho, da bancada, principalmente
1640 dos aposentados que eu represento aqui, não aposentados, mas nossa central
1641 também se dispõe a participar desse debate, que pudesse, Presidente, ajudar na
1642 elaboração de uma regra que seja uma regra que dê segurança para evitar,
1643 evidentemente, o que vem ocorrendo que é um conjunto de fraudes e de entidades
1644 que não representam nada a não ser a sua própria diretoria, talvez, seus próprios
1645 indivíduos às vezes, inclusive. Então, queria deixar como sugestão aqui que a gente
1646 possa incorporar no grupo de trabalho aqui, Alberto, pessoas daqui do Conselho,
1647 especialmente da bancada dos trabalhadores, aposentados, enfim, aí acho que
1648 cabe, também, se o setor empregador também reivindicar caberia estar junto porque
1649 é um tema que está no Conselho, afinal de contas o problema passa por aqui.
1650 Obrigado!

1651 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Antes de eu passar para o Alberto e
1652 Presidente, como está comentado esta questão do grupo, eu acho mais interessante

1653 formar grupo com o INSS. A respeito disso daí pode se formar, mas fica com eles
1654 ali. Bem, então, por favor, Alberto.

1655 **Sr. Alberto Carlos Freitas Alegre (INSS):** — Só mais umas considerações
1656 importantes com relação... A questão do vazamento de informações isso é algo já
1657 está sendo tratado pelo INSS como um todo, o presidente sabe, tem conhecimento
1658 disso, e é uma preocupação inclusive da DATAPREV junto conosco já vem
1659 trabalhando nisso. Realmente o convênio ele é nacional e eles trazem as
1660 documentações que são analisadas e há uma comprovação disso, e é realizado,
1661 isso não quer dizer que a gente não possa, realmente, reavaliar isso com o
1662 secretário perfeito, eu acho que lá internamente a gente precisa conversar e aí ver
1663 se serão chamadas as demais entidades desse grupo de trabalho. O bloqueio da
1664 margem, novamente eu digo, hoje, graças a essa ação desse grupo de trabalho que
1665 nós tivemos que trazer de outras localidades colegas, nós reduzimos bastante as
1666 ouvidorias. Então hoje não há problema nenhum de ficar muito tempo a margem
1667 bloqueada, até porque a gente repete, se o banco comprova que houve ele volta a
1668 descontar, se ele tiver margem ainda disponível ele vai poder fazer o empréstimo
1669 dele, e se o banco não comprova o banco não só tem que extinguir o empréstimo
1670 como tem que devolver para o segurado tudo aquilo que ele descontou, porque se
1671 ele tem que comprovar nos autos que o fez. Então, depois dessa ação que nós
1672 fizemos que culmina com a questão dessa Resolução, ela veio ajudar e não... eu
1673 concordo, só que assim, a ação não falava em 180 dias, nós que colocamos isso
1674 que é para ela ficar bloqueada até que se comprove. Nós colocamos algum limite
1675 para não deixar ela se esticar muito, mas hoje eu garanto para vocês que não fica
1676 mais que 60 dias, não fica! Então o segurado está protegido com relação a isso. Não
1677 sei se eu respondi, quer fazer alguma consideração. Ângela? É importante para o
1678 Presidente fazer.

1679 **Sra. Regina Alvarez (INSS):** — Boa tarde a todos! Obrigada pela oportunidade. É o
1680 seguinte: com o parecer da força executória, a gente encaminhou à Procuradoria
1681 novamente então solicitamos um parecer. Por quê? Porque a ação civil pública ela
1682 não estipulou prazo, ela mandou a gente bloquear margem até que a gente
1683 terminasse a apuração. Então, levamos à Procuradoria e a Procuradoria nos

1684 orientou que colocasse 180 dias para ter pelo menos um prazo definido. Mas isso
1685 não significa que esse prazo ele vai ficar os 180 dias. Estamos trabalhando para
1686 colocar todas as situações em dia. Então, hoje não tem mais e a diminuição, foi
1687 muito bom para o INSS, porque não é só essa situação, além do mais nós ainda
1688 temos os processos judiciais que essas reclamações estavam gerando. Obrigada.

1689 **Sra. Sandra Helena Lima do Nascimento (INSS):** — Boa tarde a todos! Obrigada
1690 também por essa oportunidade aqui. Em relação a esses questionamentos das
1691 entidades de classe, percebam que lá no art. 115, no inciso 5 da Lei nº 8.213, ela diz
1692 que o INSS poderá celebrar acordos mediante com as entidades de classe... poderá
1693 ser descontado dos benefícios mensalidade de associações e demais entidades de
1694 aposentados legalmente reconhecida, desde que autorizada por seus filiados.
1695 Realmente, gente, vocês têm razão. Se nós formos atender a todos os pedidos a
1696 gente não vai fazer outra coisa, porque tem muitas entidades País afora. Mas
1697 percebo que aqui na Lei ela não é imperativa, ela diz que o INSS poderá formalizar
1698 mediante a conveniência administrativa, essa conveniência administrativa, vamos
1699 dizer assim, lá para trás, foi realmente delimitado. O INSS delimitou parâmetros que
1700 melhor atendessem aquela exigência legal. Gente, não é um processo, só quero
1701 dizer aqui que eu compactuo com tudo isso, vocês sabem, mas não é um processo
1702 que ele é falho dentro do INSS, ele não é como se está dizendo aqui, por exemplo,
1703 no momento que ele é formalizado, que a entidade apresenta aquela capacidade
1704 jurídica dela, a regularidade fiscal e trabalhista e tudo mais, o processo ele fica
1705 bonitinho e é encaminhado para o nosso jurídico. Graças a Deus que a gente tem
1706 assim um relacionamento bem próximo, tanto com as entidades quanto com o
1707 jurídico. O jurídico quando a gente encaminha para lá que a Procuradoria diz esse
1708 daqui está ok, está bom! É encaminhado. Quando não, fica as recomendações,
1709 enfim. Mas voltando lá, como o INSS delimitou parâmetros, um dos parâmetros, foi
1710 essa questão da representatividade nacional, inclusive no início nós fazemos assim:
1711 associação, nós temos já, não está sendo conveniente administrativamente para a
1712 gente agora formalizar, porque nós não temos pernas. Vamos dizer assim, a grosso
1713 modo. Mas vocês podem até se filiar à COBAP e à CONTAG que já tem tudo mais.
1714 Nós fomos chamados atenção, não! Só digam que não pode, não fiquem indicando

1715 não. Mas a gente fazia assim. É justamente por conta. Então, o INSS foi se
1716 aprimorando realmente, foi delimitando parâmetros, foi verificando assim, botando
1717 mais rigor nas fiscalizações, entendeu? Foram feitos realmente esse cuidado, está
1718 se tendo realmente esse cuidado, que ele está sendo, assim, mais assim rigoroso
1719 hoje. Porque no momento que a gente formaliza um Acordo com a entidade de
1720 classe, a gente já está caracterizando aquela boa-fé. O desconto que a gente faz é
1721 da mensalidade associativa. Agora, é a mensalidade associativa a gente não tem
1722 como, gente, entrar naquela relação da entidade com o segurado. O que você está
1723 fazendo com esse dinheiro? Quando a gente chegar lá para poder fiscalizar, a
1724 autorização a gente não chega para verificar a autenticidade dela, é a existência.
1725 Porque se a entidade está dizendo que aquela autorização ela é legal, a gente vai
1726 acreditar por conta da parceria e da boa-fé. Ah, não é? Realmente é caso que a
1727 gente orienta: Ei! Isso aqui é Procon, isso aqui é polícia isso daqui... Mas pasmem,
1728 99% das reclamações que chegam para gente tem autorização. Há autorização,
1729 mas para a gente, vejam só, pois é. Mas vocês têm que ver que essa autorização...
1730 Agora é essa parte que vocês estão fazendo, vocês estão falando, realmente nós
1731 somos sensíveis a isso, e para a gente vai ficar até, sabe, vai enxugar, vai ficar
1732 melhor, gente! Vai ficar muito melhor. Mas eu acho assim, que a gente tem que ser
1733 coerente. Ninguém aqui... essa formalização aqui, às vezes eu até brinco, para a
1734 gente justificar a conveniência administrativa na formalização de um Acordo desse, a
1735 gente psicografa. Por que que a gente psicografa? Porque a conveniência é qual? É
1736 porque está na Lei. Porque o segurado ele poderia muito bem ir lá e pagar a
1737 mensalidade, entendeu? Então eu acho assim, que o INSS, eu não acho justo,
1738 sinceramente, o INSS ficar levando, assim sabe, a turma agora está vindo com os
1739 dois pés no nosso peito, isso não é justo. Nós sempre fomos parceiros, a gente
1740 sempre trabalhou junto, entendeu? E a gente sempre teve esse cuidado realmente.
1741 Agora, reafirmo, essa questão, ah, tá, essa questão agora que vocês falaram que
1742 aconteceu lá da CENTRAPE, vocês não sabem que “procó” que foi lá dentro. Mas
1743 por quê? Para a gente ter a segurança realmente, entendeu? Do que se está
1744 fazendo? Por exemplo, a gente chega aqui com vocês, a gente conhece o Warley,
1745 conhece você, chegou oi Warley, “como é que está teu pai, tudo mais, não sei o
1746 quê.” Então, se a gente chega por conta da parceria que a gente já tem há muito

1747 tempo. Então é esse cuidado que a gente procura ter. Sabe gente, agora nós
1748 estamos fazendo uma Resolução, que ela está lá no processo embrionário, em que
1749 está sendo maravilhoso tudo isso para a gente poder colocar todas as questões
1750 realmente de delimitar parâmetros. Mas trabalhando de mãozinhas dadas. Porque
1751 isso é parceria. Então eu, assim, têm tantas outras coisas, mas agora como tempo é
1752 bem exíguo, muito obrigada, a gente continua à disposição, eu estou muito satisfeita
1753 com esse momento, e de estar podendo participar. Obrigada mesmo!

1754 **Sr. Edison Antonio Costa Britto Garcia (INSS):** — Antes de o Secretário sair, eu
1755 vou fazer a minha manifestação. Mas eu acho que a fala do Presidente da COBAP e
1756 do outro, nos traz aqui uma questão bastante grave que chega a ser até uma
1757 denúncia de imputação criminosa, citando, inclusive, a CENTRAPE e a ANAPPS de
1758 prática de delitos. Então, a minha primeira manifestação, Secretário, eu quero aqui
1759 registrar que eu estou requerendo, formalmente a este Conselho, que se comunique
1760 ao Ministério Público Federal e a Polícia Federal via Secretaria de Previdência e
1761 COINP que se faça abertura de um inquérito policial para apurar a prática com base
1762 nas informações trazidas aqui e registradas em Ata pelo Presidente da COBAP, para
1763 que se apure a prática de delito por parte dessas entidades. Então, antes que o
1764 senhor saia, eu gostaria que fosse registrado, é um requerimento que eu faço e que
1765 solicito que seja submetido à apreciação do colegiado.

1766 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Bem, vai ter que se ver exatamente
1767 quais são os procedimentos para se fazer isso, mas, enfim...

1768 **Sr. Edison Antonio Costa Britto Garcia (INSS):** — Mas, seria apenas a informação
1769 encaminhando a ata ao Ministério Público, então eu solicito que seja submetido
1770 aqueles que se manifestem favoráveis a gente fazer esse encaminhamento para que
1771 seja apurado o que aqui foi relatado.

1772 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Então consulto, alguma objeção?

1773 **Sr. Dionízio Martins de Macedo Filho (FORÇA SINDICAL):** — Eu só sugiro que a
1774 gente aguarde a lavratura da ata, a aprovação, depois libera, pode ser?

1775 **Sr. Edison Antonio Costa Britto Garcia (INSS):** — Não! A ata é resultado do que
1776 aqui foi deliberado. Eu reitero o meu pedido que seja submetido. Quem é a favor ou
1777 quem é contra?

1778 **Sr. Dionízio Martins de Macedo Filho (FORÇA SINDICAL):** — Eu sugiro isso,
1779 lavrada a ata, aprovada, quem fez a denúncia confere a ata e coloca em deliberação
1780 a aprovação aí delibera sobre isso aí. Mas a ata só é aprovada na reunião seguinte.
1781 Justamente isso, mas eu prefiro que fosse lavrado para que o denunciante
1782 realmente analise, confira e aprove a ata.

1783 **Sr. Benedito Adalberto Brunca (SPREV):** — É que são dois instrumentos, me
1784 permita, presidente. Tem degravação, que ela é integral, e tem a ata, que é digamos
1785 a transcrição de tudo que foi debatido aqui e que, aí sim, a transcrição ela é, a ata
1786 sim é aprovada na reunião seguinte, mas a degravação é de inteiro teor de tudo
1787 aquilo que aqui é debatido e é encaminhada para todos os conselheiros juntos, tanto
1788 a degravação quanto a ata. Então, só para poder... porque se formos encaminhar a
1789 ata, nós teremos que, sim, esperar a próxima reunião. Se formos fazer com
1790 degravação, aí eu não preciso esperar a próxima reunião, eu posso encaminhar
1791 antes. Mas o ideal acho que seria as duas coisas: mandar a degravação, com todo
1792 inteiro teor, porque a ata ela sempre é mais sintética, ela tenta fazer um resumo e
1793 não é absolutamente literal de tudo, mas numa situação como essa, tem que ser
1794 encaminhada as duas coisas, a ata aprovada formalmente pelo Conselho e a
1795 degravação que aí ela é mais específica nesse sentido.

1796 **Sr. Edison Antonio Costa Britto Garcia (INSS):** — Eu acho que nós estamos
1797 buscando aí uma... A questão é a seguinte, eu acho que a questão é uma
1798 formalização que está se procurando. Eu acho que sua formalização é a degravação
1799 para se ter conhecimento. Eu acho que não precisa nem a questão, enfim, de
1800 imputar necessariamente a fala ao Presidente da COBAP, a questão é: temos uma
1801 informação e que eu gostaria que o Conselho se pronunciasse sobre a hipótese de
1802 se abrir uma investigação quanto a entidade mencionada. É isso! É uma decisão de
1803 mandar apurar o ponto. É isso que eu quero discutir no Conselho, porque, enfim,
1804 estamos diante de situações, eu quero depois prosseguir nos meus argumentos e

1805 nos meus pontos quanto à questão que versa sobre esses convênios com as
1806 entidades. Eu vou depois falar sobre os pontos, sobre os 5%, eu vou enfrentar tudo
1807 isso. Mas como isso tem a questão que o Secretário precisa sair, isso é uma matéria
1808 que eu gostaria que os conselheiros se manifestassem. O que eu coloco aqui é o
1809 seguinte: nós vamos ficar de avestruz com cabeça no buraco ou nós vamos
1810 enfrentar? O que eu quero saber é se as entidades estão dispostas a pedir ao
1811 Ministério Público e a Polícia Federal que vá em A, em B e em C e que apure o que
1812 se sabe através do Conselho Nacional da Previdência. Essa é a proposta que eu
1813 faço.

1814 **Sr. Marcos Barroso de Oliveira (COBAP):** — Era essa minha preocupação,
1815 exatamente. Ainda que tenha sido falado pela COBAP, mas que seja uma
1816 deliberação do colegiado. É isso que não ficou claro, mas eu tinha entendido
1817 anteriormente e queria esclarecer essa situação.

1818 **Sr. Edison Antonio Costa Britto Garcia (INSS):** — É uma informação importante,
1819 relevante, do Presidente da COBAP do que está acontecendo, enfim, eu acho que o
1820 Conselho, estando com essa pauta, nós temos que nos debruçar diante de fraudes
1821 claras que devem estar acontecendo, não só nessa, em outras entidades. Em
1822 desvios, em operações de créditos disfarçadas de desconto de mensalidade, eu
1823 acho que merece uma apuração tendo em vista a hipótese e os indícios de prática
1824 de crime. Então, o que eu quero é que o Conselho diga: é um assunto importante,
1825 há indícios, vamos pedir ao Ministério Público e a Polícia Federal que façam as
1826 investigações, ou nós vamos simplesmente tomar conhecimento e vamos nos omitir.
1827 Essa é a pergunta que eu deixo aqui, nós vamos nos omitir ou vamos dizer: vamos
1828 apurar e vamos solicitar uma apuração formal através de uma deliberação unânime
1829 do Conselho? Ou alguém vai dizer: não! Não é para apurar, eu acho que tem
1830 problemas, mas não é para apurar, vamos deixar para debaixo do tapete? Esse é o
1831 ponto.

1832 **Sra. Andrea Angerami Gato (SINDNAPI):** — Apenas para falar que nós votamos.

1833 **Sr. Dionízio Martins de Macedo Filho (FORÇA SINDICAL):** — Se o denunciante
1834 abre mão de aguardar a lavratura e aprovação da ata para mim tudo bem, vamos
1835 encaminhar já.

1836 **Sr. Otoni Gonçalves Guimarães (CNM):** — Isso até em função de experiências
1837 que a gente teve ao longo da vida em relação a auditorias e tudo. O que eu entendo,
1838 e está aí a procuradora que pode se manifestar sobre isso, na medida em que
1839 qualquer situação dessa ela vem a público perante autoridade, e nós estamos dentro
1840 de Conselho com autoridades que tem, na verdade, não tem mais a prerrogativa é
1841 inerente. Se ela veio a público tem que ser encaminhada, sob pena de
1842 irresponsabilidade daquele que não o fizer. Então, Presidente, eu entendo que,
1843 nesse caso, se a denúncia foi feita, ela está registrada, que seja em ata, que seja na
1844 gravação, ela está publicizada. Consequentemente, quem de responsabilidade
1845 tem a obrigação de encaminhar para quem de direito apurar.

1846 **Sr. Edison Antonio Costa Britto Garcia (INSS):** — Perfeito! É isso aí

1847 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Alguém quer? Warley?

1848 **Sr. Warley Martins Gonçalves (Presidente COBAP):** — Eu só queria falar para o
1849 companheiro do INSS que nós não somos contra vocês de maneira alguma. Eu
1850 acho que vocês agem perfeito lá no trabalho de vocês. Vocês sabem que a COBAP
1851 é amiga de vocês, estamos lá, o que nós queremos é que não seja o aposentado
1852 enganado. Porque não é justo uma entidade de aposentado ficar apoiando essa
1853 sacanagem que está tendo aí dentro de nós. Concordo com o Presidente, o INSS, o
1854 Conselho aqui tem que tomar providência, por isso que nós vimos recorrer a vocês.
1855 Porque isso está acontecendo não é de hoje nessas entidades. Se o INSS não
1856 tomar providência, e vou falar você vê que saiu no Fantástico, saiu no Fantástico
1857 isso daí, é só pegar aquela fita do Fantástico que tem a prova concreta das
1858 entidades que estão fazendo isso, entendeu? Por isso que nós queremos, eu
1859 também, nós não somos contra desconto de folha de ninguém. Eu acho que tem que
1860 ter uma norma, se tem as normas pode fazer para 500 associações que nós temos
1861 lá, agora tem que ter umas normas, tem que ter um regulamento. Quando o Quintino

1862 falou de criar comissão, uma comissão boa com a gente junto é perfeito, entendeu?
1863 Primeiro criar um grupo de trabalho que faz uma coisa melhor. Eu queria ouvir do
1864 Presidente também os 5%.

1865 **Sr. Edison Antonio Costa Britto Garcia (INSS):** — Eu vou falar os demais
1866 assuntos. Eu só queria enfrentar isso, desculpa é pela questão de ordem porque o
1867 Secretário está tendo que sair.

1868 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Eu tenho que sair aí o que acontece?
1869 Então aí eu acho que nós aqui da Secretaria via Secretaria-Executiva do Conselho...

1870 **Sr. Benedito Adalberto Brunca (SPREV):** — Nós vamos providenciar pela
1871 Secretaria-Executiva do Conselho a degravação, as preparações, a manifestação e
1872 o estudo da forma como vamos fazer a notificação, seja a Polícia Federal ou
1873 Ministério Público. Porque a investigação inicial sempre ela é, em princípio, da
1874 Polícia Federal, mas o Ministério Público também pode ser, paralelamente,
1875 notificado para que se tome conhecimento.

1876 **Sr. Marcos Barroso de Oliveira (COBAP):** — Só um detalhe, só ratificando o que o
1877 Presidente falou. Por conta de uma deliberação do Conselho, do colegiado.

1878 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Ninguém no Conselho se manifesta
1879 contrário a isso? Todo mundo é favorável? Ok. Está bom.

1880 **Sr. Edison Antonio Costa Britto Garcia (INSS):** — Só por questão de ordem,
1881 Secretário e Presidente, foi citado CENTRAPE, ANAPPS e a RIAAM Brasil como
1882 sendo uma entidade estrangeira fazendo práticas supostamente irregulares no
1883 Brasil, é isso? Ok. Eu vou seguir os outros...

1884 **Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV):** — Deixa eu me despedir então. Brunca,
1885 por favor.

1886 **Sr. Edison Antonio Costa Britto Garcia (INSS):** — Posso prosseguir, Dr. Brunca?
1887 Bom, eu fico muito satisfeito de nós termos tido essa pauta no Conselho porque
1888 esse é assunto que nos preocupa bastante. Eu acho que a legislação que nos

1889 concedeu essa faculdade pelo art. 115, ela teve por princípio primeiro facultar que os
1890 associados pagassem a mensalidade das suas associações por intermédio de
1891 desconto feito pelo INSS. Como aqui foi dito, quer dizer, teoricamente não precisaria
1892 ter nenhuma necessidade dessa operação se utilizar da máquina do INSS para se
1893 pagar uma mensalidade. Como se, teoricamente, se paga uma mensalidade de um
1894 clube esportivo, se faz o dízimo da igreja, tão simples a pessoa ir lá e fazer o seu
1895 pagamento espontaneamente. Agora o que me preocupa bastante, e eu tenho me
1896 debruçado muito desde que eu assumi a Presidência, sobre esses aspectos que eu
1897 vou mencionar aqui, do que eu tenho visto não só na operação de quem tem
1898 convênio como dos que postulam convênio, por isso que eu determinei a suspensão
1899 de qualquer novo convênio e a reavaliação e o reestudo dessa matéria. Primeiro
1900 aqui eu tenho visto claramente, e aqui eu não vou imputar a nenhuma atual, eu
1901 quero dizer do que eu verifiquei em situações dentro do INSS, de que há uma
1902 estratégia clara e inequívoca de vender serviço e produtos através de uma
1903 simulação, de um simulacro que é a dedução, tida como mensalidade associativa,
1904 que disfarça venda de produtos. Então essa é a primeira coisa que nós estamos nos
1905 deparando. Então, eu vi um caso concreto de uma entidade que não foi autorizada e
1906 nós negamos, e a Procuradoria deu um parecer contrário, que dizia mais ou menos
1907 o seguinte: você se associa e vai pagar a mensalidade R\$ 400,00 para você ser
1908 associado gold, platinum. Isso te dá o direito ao seguro de vida, te dá o direito a isso
1909 e aquilo. Por R\$ 200,00, você vira um associado prata, você pode passar aqui todo
1910 mês, receber aqui um vale sorvete e tal. Quer dizer, e você é um associado bronze,
1911 enfim, você cria categorias de associados claramente embutido ali um serviço
1912 indireto. Quer dizer, o que se entende do ponto de vista conceitual por mensalidade
1913 associativa? Se nós formos buscar o princípio de Código Civil, quando trata de
1914 associação sem fins econômicos, eu vejo que a associação ela é possível, é
1915 objetiva. Se a gente pegar as doutrinas de pactos e contratos plurilaterais que vem
1916 da doutrina de Ascarelli, que diz o que é o pacto plurilateral seja oneroso ou não
1917 oneroso, o não oneroso seria para associações sem fins econômicos, e é um
1918 conjunto de pessoas que se unem com objetivo comum para prática de alguma
1919 atividade. E, ali, o Código Civil disciplina que pode ser associações recreativas,
1920 religiosas, filantrópicas e qualquer outro tipo de objetivo lícito que disciplina dessa

1921 forma. Então, quando a gente imagina que é pagar mensalidade associativa de uma
1922 entidade sem fins econômicos, aquela que não tem objetivo de lucro, ela não é uma
1923 sociedade empresária, eu tenho que ratear, entre os associados, a minha despesa
1924 operacional. Então, o quanto custa a minha despesa operacional eu vou dividir essa
1925 despesa pelos meus associados. Então, assim, o primeiro princípio é de que você
1926 teria que enfrentar qual é o custo operacional. Então, teoricamente, prestar
1927 assessoria jurídica, fazer defesa de interesses, isso se conceitua como uma efetiva
1928 prestação de serviço ou isso está um pagamento de custo operacional? Então a
1929 gente já tem aí uma certa subjetividade que eu não vou entrar em profundidade
1930 nisso. Vamos deixar isso um pouco de lado, mas vamos olhar aquilo que é
1931 efetivamente produtos claros vinculados. Então esse é um ponto. Segundo, quando
1932 eu tenho uma capilaridade nacional em que eu concedo a um morador de outro
1933 estado uma faculdade e ofereço um serviço para ele se associar na minha base, ele
1934 está pagando uma divisão do custo ali ou ele está efetivamente pagando a divisão
1935 do custo do sindicato no estado? Então como é que eu vejo isso? Enfim, então nós
1936 temos esse ponto inicial. Estão, efetivamente, fazendo aquilo que a lei diz?
1937 Desconto de mensalidade? Primeira interrogação. Vamos para o segundo ponto, as
1938 entidades elas têm feito, claramente, parcerias com entidades de crédito e
1939 seguradoras, e em muitos casos, eu conheço um concreto que também não foi
1940 autorizado, que ela é controlada e organizada por gente de empresa de seguro que
1941 vai se utilizar do mecanismo da associação. A associação tem quantos filiados?
1942 Uma dúzia, foi aquele grupo que montou. Eu vou fazer captação para seduzi-los
1943 com uma oferta de um produto feito por uma empresa parceira. Então, vamos tratar
1944 isso com seriedade. A gente está olhando que a indústria da operação de produtos,
1945 seja de seguro, seja operação de crédito, seja pastinha ou o nome que se dê, ela
1946 tem sido, essa indústria, se utilizado de entidades como veículo para usar o INSS
1947 como garantia de recebimento de operações de crédito e operações de seguro. Isso
1948 eu estou de olho e não vou deixar acontecer. Então, o nosso trabalho de revisão ele
1949 está objetivando esse ponto. Quanto a essa questão da margem de 180 dias já foi
1950 dito aqui, que é na realidade a gente criar mecanismo de proteção até para aquele
1951 que está sendo vítima de fraude. Eu não estou isentando aquele malandro que faz
1952 operação, e a gente tem provas daquele que foi filmado na agência bancária

1953 fazendo contrato, pagou prestações, depois sob o manto dessa ação civil pública foi
1954 lá dizer que não tinha feito para se beneficiar da isenção do pagamento. Nós temos
1955 casos concretos apurados e sob investigação de Polícia Federal, situações
1956 concretas. Então não estou nem falando desses malandros que fraudam, como
1957 casos concretos nesse sentido, então o que a gente quer? É exatamente criar um
1958 mecanismo para dificultar a malandragem, quer dizer, aquele que se utiliza de uma
1959 ação civil pública, vai lá faz uma outra operação e depois cria o encavalamento,
1960 estoura o limite e nos cria uma dificuldade, porque não cabe de volta o contrato que
1961 foi tido como regular. Então isso é uma ressalva, não só por uma determinação
1962 judicial, mas também isso tem por objetivo a gente criar um mecanismo de proteção
1963 do próprio segurado. Quanto à questão dos 5%, isso aí vai impactar direto o
1964 aumento do incremento de endividamento da família brasileira que já está
1965 extremamente endividada. Nós temos hoje 40 milhões de contratos bancários feitos
1966 com consignados. Eu participei, no Ministério do Planejamento, quando do IPEA da
1967 análise do decreto para ampliar o número de meses para tentar reduzir o gasto
1968 comprometimento da família do servidor público que já estava extremamente
1969 comprometida com essas operações. Então a gente tem visto que há, efetivamente,
1970 uma indução por tudo isso que foi falado aqui, de ligar, um esforço de captação de
1971 cliente para oferta de empréstimos a preço baixo. A gente sabe hoje que o INSS no
1972 País é, talvez, o maior distribuidor de renda. Nós temos de todos os estados
1973 brasileiros, três estados cuja o superávit existe, todos os demais a compensação
1974 entre o que o estado contribui e o que recebe, todos os demais são deficitários, isso
1975 é, a Previdência paga muito mais do que arrecada, exceto Distrito Federal, Roraima
1976 e um outro que me falha a memória. Então nós temos, efetivamente, uma
1977 importância enorme: 12 milhões dos 35 milhões de segurados do INSS eles são
1978 provedores de família, isso dados estatísticos levantados. Então quanto mais eu dou
1979 corda mais o segurado se enforca. Então esse aumento de margem ele tem, por
1980 detrás disso, um claro interesse do sistema financeiro de aumentar a sua
1981 capacidade de concessão de crédito e, também, as entidades estão de alguma
1982 forma patrocinando isso. Então eu tenho grande resistência de dizer que isso é bom
1983 para o trabalhador, para o aposentado. Então os senhores como representantes
1984 defensores dos interesses dos aposentados e da família brasileira não devem ser

1985 incentivadores do endividamento dessa família. A questão do grupo de trabalho, isso
1986 é uma prerrogativa do INSS, eu estou muito aberto a discutir com vocês, receber
1987 sugestões, mas eu vou manter, até por questões de governança, o grupo de
1988 trabalho exclusivo de equipe do INSS. Eu vou, eu me reúno com vocês, os recebo, é
1989 importante receber até por uma questão de evitar o conflito, porque os senhores,
1990 obviamente, têm interesses na regulamentação. Então dentro da minha regra de
1991 governança conflito de interesse não pode, de alguma forma, macular a isenção do
1992 trabalho que vai sair de lá. Lá na frente um dia vão dizer: Ah, essa norma aí foi feita
1993 pelas entidades que operaram o INSS. Então eu não vou patrocinar norma que não
1994 seja de absoluta isenção técnica que eu quero coordenar na equipe do INSS. Agora
1995 eu sou absolutamente democrático, quero ouvir, debate, eu não fujo do debate,
1996 discuto, apresento os fundamentos e tenho a humildade de mudar minhas posições
1997 se for convencido. Então eu quero ouvi-los, sei que vocês podem contribuir muito
1998 pela experiência que vocês têm, agora eu pediria a compreensão de que eu preciso
1999 de dar uma visão absolutamente técnica naquilo que é o melhor interesse desse
2000 processo para o INSS e no melhor funcionamento. Estamos discutindo, sim, esses
2001 conceitos. Eu reli os acordos de cooperação, nós temos uma fragilidade enorme, eu
2002 sempre digo, como advogado, o Dr. Marcos ali é advogado e outros são, é sempre
2003 normal o advogado receber de um amigo aquele pedido: dá para você dar uma
2004 olhadinha nesse contrato aqui? Como uma olhadinha? Esse contrato aqui eu e um
2005 amigo nós estamos celebrando aqui um aluguel, então é um contrato entre amigos,
2006 só uma olhadinha! Aí eu falo o seguinte: meu amigo não faz contrato, porque só vai
2007 voltar a ler esse contrato, tirar da gaveta quando você não for mais amigo dele, aí
2008 você vai olhar o contrato e uma olhadinha você vai perder dois amigos: com quem
2009 você contratou e o advogado que você vai xingar, porque ele não te dá cláusulas.
2010 Quando você vai precisar delas? Porque você só precisa de cláusula quando você
2011 se debruça na hora que você precisa delas. E efetivamente o acordo de cooperação
2012 com as entidades tem lacunas de cláusulas que deixam o INSS sem poderes de
2013 solução de situações graves que a gente se depara. Então nós estamos
2014 repactuando as condições, estamos repactuando cláusulas, estamos fazendo com
2015 que efetivamente a entidade que não tiver uma conduta adequada, a entidade que
2016 tiver indícios e comprovação de que ela está desvirtuando o princípio, tanto a lei

2017 quanto o instrumento contratual, o INSS terá poderes de suspensão, poderes de
2018 intervenção, poderes de requisitar informações com presteza. O que está lá é: o
2019 INSS poderá requisitar informações e se não informar imediatamente ele poderá
2020 tomar providências. Quer dizer, conceitue imediatamente, é daqui três dias? É daqui
2021 uma hora? Quer dizer, então são situações que a gente está repensando. Quando
2022 você precisa de um contrato é onde você descobre que ele é falho, e eu acho que o
2023 ACT que foi formulado, não é nenhum demérito aos que fizeram no passado, mas
2024 talvez não se depararam com a evolução, quando você cria algo você não imagina o
2025 que vai acontecer no futuro. Então só a prática, a dinâmica, o dia a dia é que você
2026 começa a se deparar com as necessidades que a vida cotidiana vai lhe impondo.
2027 Então, hoje nós temos, inclusive com esse depoimento aqui feito, nós temos a
2028 necessidade de repensar esse instrumento. O consignado, seja de banco seja de
2029 entidades, criou uma atividade paralela ao INSS, não é sua função, ele deixa de
2030 destinar servidores para reconhecimento de direito, para atendimento, para dar
2031 celeridade, porque ele gasta energia respondendo ouvidoria, respondendo ouvidoria
2032 de banco, respondendo por conta de entidades, tendo que mandar gente para
2033 fiscalizar, enfim, então é uma atividade não prevista. Estamos também com o
2034 sistema financeiro discutindo esse ponto que aqui colocado. O Sr. Gerson faz uma
2035 ilação aqui que ele imputa: é culpa do INSS o vazamento! Eu poderia, também, pedir
2036 ao senhor que provasse isso. Poderia ser a DATAPREV, que tem os sistemas é lá,
2037 poderia ser do banco, também estou querendo saber de quem é, já falei com o
2038 Ministério Público Federal. Tem uma ação civil pública em São Paulo para apurar
2039 onde está o vazamento? Onde é a responsabilidade? Então eu tenho uma proposta,
2040 e já fiz a FEBRABAN, Dr. Alex sabe disso, que é o quê? É implantar o lock-up de
2041 concessão por um ano. Concedeu a aposentadoria, só depois de um ano que o
2042 segurado vai poder fazer o empréstimo. Por que isso? Você vai falar “mas você vai
2043 interferir na relação privada entre o cidadão e o banco?” Não! Ele pode fazer
2044 empréstimo que ele quiser, eu vou usa das prerrogativas que a lei me dá de
2045 autorizar que o INSS seja o operador do desconto no prazo que eu quiser. Isso é
2046 uma faculdade, é um poder discricionário que o INSS tem e que se utilizará. Porque
2047 não dá para gente continuar nessa nuvem de fofoca, refém dessa essa história de
2048 que ninguém sabe onde está tendo vazamento, quer dizer, isso virou lenda, virou

2049 piada, e nada acontece. Então, a primeira providência é: nós vamos, nessa
2050 mudança da instrução já informei a FEBRABAN e a ABBC, que nós vamos criar, a
2051 proposta é essa, não sei se eu vou conseguir, eu sei das minhas limitações, mas eu
2052 acho que é o único jeito, e disse aos bancos: conversei com o Ministério Público e
2053 se nós não fizermos com uma regra de governança, o Poder Judiciário e o Ministério
2054 Público farão por nós. Então é melhor a gente sair na frente, já criar uma regra de
2055 proteção e tal, porque se não seremos obrigados a fazer. Porque hoje muito da
2056 política pública ela é feita por decisão judicial, está aí a ACT, são 250 ACTs só na
2057 área de previdenciário. E outra, Dr. Marcos, depois eu vou lhe passar, o senhor está
2058 preocupado com judicialização, se eu soubesse teria lhe trazido ontem a Brasília
2059 onde o TCU fez uma manhã de audiência pública sobre a judicialização da
2060 Previdência Social. São 3.800.000 ações individuais, são 250 ações coletivas, ações
2061 civis públicas, e ontem nos sentamos com o TCU, com CGU, com o Conselho da
2062 Justiça Federal, CNJ, Ministério Público, Defensoria, AGU, enfim, foram vários
2063 atores, Dr. Brunca estava lá, palestrou brilhantemente. Enfim, todos os agentes
2064 governamentais, OAB e várias entidades, Associação dos Juízes Federais buscando
2065 o que acontece. E nós enfrentamos a questão das perícias, a questão das
2066 concessões judiciais de forma diversa de entendimento do INSS. Enfim, o fato é que
2067 o Poder Judiciário formulará políticas públicas no nosso lugar. Então, ou a gente
2068 trabalha, enfrenta essa questão do sistema financeiro, do consignado, de vazamento
2069 de informação e cria regras de governança, ou o judiciário fará por nós e nos caberá
2070 tão somente passar a cumprir ação judicial e força executória. Então, esse é o
2071 ponto, eu quero contar com as associações. Entendo e digo ao Marcão: é isso
2072 mesmo! Vocês não são farinha do mesmo saco, vocês têm que, como aqui eu estou
2073 repetindo o termo que está aqui que eu anotei, tudo farinha do mesmo saco, porque
2074 se não são, hoje nós estamos com as entidades igual aquela mulher de César, não
2075 basta ser séria tem que parecer séria. Porque há uma indústria, há um conceito de
2076 que é um mercado extremamente tóxico, e que, quem fazer um bom trabalho para
2077 os seus associados, para os aposentados, deverá se destacar e sair na frente
2078 mostrando a diferença com *compliance*, com regras. Então eu tenho certeza que nas
2079 mudanças que farei no ACT eu terei a COBAP como a primeira a assinar o aditivo
2080 desse acordo que é vigente hoje, de forma que a gente implante *compliance*, regra

2081 de governança, dando ao INSS informações e se comprometendo com a seriedade
2082 no trato dessa questão que é uma concessão que é feito pela autarquia,
2083 operacionalizar esses descontos. Eu não sei se eu abordei todos os termos aqui
2084 colocados, mas eu estou aqui à disposição para discutir. Cumprimentar Dr. Alegre e
2085 sua equipe pelo trabalho que vem fazendo e digo que eu tenho me debruçado
2086 pessoalmente sobre esse tema, que eu acho que é bastante importante e relevante.
2087 Nós temos aí no INSS vários problemas a enfrentar. Tenho procurado enfrentar
2088 todos, os fáceis e os difíceis, e esse é um difícil porque representa. Se a gente está
2089 olhando ali 57 milhões fazendo uma conta simples de 18 entidades, a média de R\$
2090 3.000.200 de receita para cada uma/mês, só que eu sei que tem gente que ganha
2091 mais do que isso. A receita de uma que eu sei é de 6.000.000 por mês. Então é uma
2092 verba razoável para pagar custeio e manutenção de associação. Então vamos
2093 trabalhar juntos, eu estou à disposição, e vamos consertar isso aí. Obrigado!

2094 **Sr. Benedito Adalberto Brunca (SPREV):** — Bem, vencido esse ponto de pauta,
2095 quero agradecer aqui a exposição por parte da equipe do INSS, o Alberto, a Ângela
2096 e a Sandra. Nós vamos tomar as providências daquilo que foi deliberado por
2097 proposição e sugestão do Presidente do INSS a respeito das notícias em
2098 decorrência das denúncias que aqui foram debatidas, e também, aproveitando uma
2099 das referências feitas quanto à audiência pública que ocorreu ontem no Tribunal de
2100 Contas da União, de uma análise, de um estudo a respeito do aspecto da
2101 judicialização, nós vamos estar encaminhando aos conselheiros o relatório que foi
2102 elaborado pelo Tribunal e que traz essas conclusões, porque acho que é importante
2103 compartilhar com todos os conselheiros. Quanto a esses encaminhamentos desse
2104 tema eu declaro eles encerrados, vocês estão querendo...

2105 **Sr. Marcos José Bulgarelli (SINDNAPI):** — Primeiramente, até agradecer a
2106 oportunidade de a gente ter vindo aqui e ter colocado nossa posição. E agora com o
2107 Dr. Edison é lamentar essa decisão de ser só o pessoal do INSS participar desse
2108 grupo de trabalho. Eu acho que a gente tinha muito que contribuir, principalmente no
2109 calor, nas discussões das ideias é que surge, o pessoal entende, sei que o senhor
2110 vai chamar a gente na hora que precisar, a gente estará sempre à disposição, vai vir

2111 conversar, mas eu acho que no calor do debate é que as ideias surgem e aí seria
2112 muito importante as entidades participarem. Mas respeito sua posição.

2113 **Sr. Edison Antonio Costa Britto Garcia (INSS):** — Vocês terão todas as reuniões,
2114 talvez vocês trabalhem mais que grupo de trabalho, vocês terão todas as
2115 oportunidades para no calor a gente debater, e eu preciso que vocês me tragam,
2116 realmente, informações. A questão é meramente formal, a questão é exclusivamente
2117 formal. O que eu não quero é ter um grupo de trabalho que seja composto por
2118 entidades que estão partes do problema, eu gero um conflito de interesse
2119 intransponível, é um conflito de natureza objetiva. Então, quero ouvi-los,
2120 conversamos, vocês trazem todas as soluções, então é uma questão formal para
2121 proteção de vocês e do futuro da decisão que for tomada, apenas isso.

2122 **Sr. Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT):** — Eu apresentei essa proposta a
2123 questão do grupo de trabalho porque pelo menos nos três anos que eu estou aqui
2124 no Conselho da Previdência, nós já participamos de vários grupos de trabalho,
2125 inclusive na questão que foi debatida aqui hoje sobre acidente do trabalho. Em
2126 momento nenhum eu acho que a criação do grupo trabalho pelo Conselho vai
2127 intervir naquele trabalho que está sendo feito pelo INSS, a intenção porque é um
2128 ponto de pauta, que veio aqui hoje, além dos conselheiros, veio os presidentes
2129 dessas entidades, e na minha visão é um prazo muito curto para nós debatermos
2130 um tema de suma importância. E nesse grupo de trabalho, normalmente, pelo
2131 menos o grupo de trabalho que eu participei aqui do Conselho, ele fica aberto para
2132 as assessorias das entidades, fica aberto não só para os conselheiros. E em
2133 momento nenhum foi no intuito de intervir naquilo que o INSS já está fazendo nesse
2134 grupo de trabalho. A sugestão era no sentido de pessoas que estão participando
2135 desse grupo de trabalho dentro do INSS que participassem de debate do Conselho e
2136 nos trouxessem alguns dados que estão sendo discutidos. Mas em momento
2137 nenhum foi no intuito de intervir naquele trabalho que está sendo feito. Eu, aqui, eu
2138 já participei de vários grupos de trabalho e eu acho que a decisão tinha que partir do
2139 Conselho se deve ou não ser criado. Assim como foi a proposta colocada pelo
2140 Presidente de levar em frente a discussão para o Ministério Público e Polícia Federal
2141 das entidades que foram citadas aqui, e aí não teve ninguém contra. Ele colocou

2142 tem alguém contra? Tem alguém que quer esconder o que está discutindo? E não
2143 teve ninguém contra. Então, assim, eu coloco essa posição no sentido que o tempo
2144 que nós tivemos aqui hoje para discutir esses pontos foi muito pouco.

2145 **Sr. Benedito Adalberto Brunca (SPREV):** — É, mas já foi esclarecido pelo
2146 Presidente que uma coisa é a discussão de assuntos quando não há um grupo
2147 específico já conduzindo essa matéria no âmbito do INSS. E eu acho que isso já
2148 está implícito em toda a fala do Presidente, todas as entidades podem mandar suas
2149 sugestões e contribuições também agora, a partir desse momento, e já encaminhar
2150 para que seja compilado e considerado e avaliado como conteúdo. Naturalmente
2151 quando o INSS tiver o esboço da sua formulação, isso vai ser objeto de tratativas ou
2152 audiência pública, às vezes até como isso, em alguns temas, ocorre. Então, depois
2153 vamos aguardar o dobramento dessa ação que está sendo organizada pelo INSS.
2154 Warley, para encerrar esse tema que nós temos outras pautas.

2155 **Sr. Warley Martins Gonçalves (Presidente COBAP):** — Eu quero agradecer o
2156 Presidente de ter recebido a COBAP e o nosso sindicato que estava aqui, todos
2157 juntos. E a COBAP e o sindicato, viu Secretário e Presidente, nós defendemos os
2158 aposentados. Tanto o sindicato da CUT como o sindicato da Força e a COBAP e as
2159 entidades mais antigas que estão aí representando os aposentados, e nós não
2160 somos farinha do mesmo saco não, nós somos farinha branca! Nós seguramos
2161 mesmo a barra dos aposentados. Nós, quando temos entidade que vem prejudicar o
2162 aposentado, nós somos os primeiros a denunciar, por isso que nós estamos aqui. Eu
2163 agradeço o apoio que vocês vão dar para essa entidade nossa. Um abraço.

2164 **Sr. Benedito Adalberto Brunca (SPREV):** — Ok! Então, encerrado esse ponto de
2165 pauta, quero agradecer Alberto e os colegas que vieram aqui. O ponto de pauta que
2166 me referi é aquele que foi inserido pelo presidente do Conselho. Quanto a nossa
2167 próxima reunião, nós temos uma reunião prevista no dia 25 de setembro, na última
2168 quinta-feira do mês, outubro! Desculpe! E esta reunião coincide com uma atividade
2169 institucional da Secretaria de Previdência, e o que nós estamos apresentando como
2170 proposta se for possível, é que nós façamos a antecipação desta agenda de 25 de
2171 outubro para o dia 18 de outubro, a quinta-feira da semana anterior, porque não dá

2172 para adiar porque já vamos ter reuniões antecipadas em novembro e dezembro, e
2173 até para não perder a pauta que está posta. Então eu consulto aos conselheiros se
2174 nós podemos fazer a proposta de que a nossa próxima reunião de outubro possa
2175 ocorrer no dia 18? Essa é a deliberação que preciso aqui submeter aos
2176 conselheiros. Ok?

2177 **Sr. Quintino Marques Severo (CUT):** — Quero registrar minha ausência é porque
2178 eu farei uma cirurgia, não estarei nessa reunião.

2179 **Sr. Benedito Adalberto Brunca (SPREV):** — Está bem, aí a gente convoca o
2180 suplente. Então eu gostaria de agora passar para os informes, e só um deles nós
2181 vamos mandar por e-mail, é a questão da publicação da portaria do resultado do
2182 Fator Acidentário de Prevenção, que ocorreu na última sexta-feira, com o resultado
2183 já sobre consulta de todas as empresas do país para que possam oferecer as suas
2184 informações, os recursos que acharem pertinentes. Algum outro comunicado por
2185 parte dos conselheiros? Pois não, Marcos.

2186 **Sr. Marcos Barroso de Oliveira (COBAP):** — Apenas para reiterar o meu pedido
2187 que inclusive consta na ata aprovada hoje, é de trazer os números das ações
2188 judicializadas a partir de cessação dos benefícios que passaram pela perícia
2189 médica. Porque já está registrada em ata, mas apenas para reiterar isso e ver se é
2190 possível trazer na próxima reunião.

2191 **Sr. Benedito Adalberto Brunca (SPREV):** — Ok! Nós vamos avaliar com o INSS e
2192 com o MDS. Ok! Então declaro encerrada a reunião. Muito obrigado pela presença
2193 de todos! Muito obrigado!